



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DA BAHIA

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MILENA SILVA RIOS SANTOS

**LEI 10.639/2003: PRÁTICA DOCENTE NO TRATO À DIVERSIDADE
RACIAL NA ESCOLA MUNICIPAL FLOR DE LIZ NA CIDADE DE
JACOBINA-BAHIA.**

**JACOBINA-BA
2018**

MILENA SILVA RIOS SANTOS

**LEI 10.639/2003: PRÁTICA DOCENTE NO TRATO À DIVERSIDADE
RACIAL NA ESCOLA MUNICIPAL FLOR DE LIZ NA CIDADE DE
JACOBINA-BAHIA.**

Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^a Ma. Cínthia Nolácio de Almeida

**JACOBINA-BA
2018**

MILENA SILVA RIOS SANTOS

**LEI 10.639/2003: PRÁTICA DOCENTE NO TRATO À DIVERSIDADE
RACIAL NA ESCOLA MUNICIPAL FLOR DE LIZ NA CIDADE DE
JACOBINA-BAHIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Humanas-DCH
– Campus IV da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para obtenção do grau de
Licenciado em História.

Aprovado em: 18.06.2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Ma. Cíntia Nolácio de Almeida – Orientadora

Prof^ª Dra. Caroline Santos Silva

Prof^ª Ma. Maria Aurélia Sarmento

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam em uma educação de qualidade, sem distinção de nenhuma natureza, a fim de construirmos, desta maneira, uma nação mais humana e solidária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus imensamente, por sempre está presente em minha vida, por ter proporcionado a oportunidade de concluir mais uma etapa ao lado daqueles que tanto amo. A minha família e ao meu esposo Joseir Santiago, por todo apoio e incentivo.

Aos professores pela sabedoria e dedicação com que lecionaram durante todo o curso e, em especial Cinthia Nolácio, pela paciência dedicada nas orientações prestadas ao longo de vários semestres para a elaboração e conclusão deste trabalho.

A todos os meus colegas que direta ou indiretamente me proporcionaram momentos especiais de alegria e aprendizado durante todo o curso. Em especial Daniele Bispo, Maria Aparecida e Rita de Cassia Porciuncula pelo apoio e incentivo.

“Enquanto a cor da pele for mais importante que o brilho dos olhos, haverá guerra.”

Bob Marley

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi analisar como os professores do ensino fundamental II da Escola Flor de Liz, situada na cidade de Jacobina-Bahia, trabalham a História e Cultura Africana e Afro-brasileira de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da educação, observando as práticas pedagógicas realizadas pelos docentes. Dessa forma, foi utilizado o método qualitativo, com a realização de pesquisa ação, diário de bordo, questionários, entrevistas, revisão bibliográfica, o Projeto Político Pedagógico, o livro didático, conversas formais e informais com os (professores, gestores, coordenadores e alunos) da escola pesquisada, para análise de dados coletados com o auxílio teórico e a redação final. Foram utilizados diversos autores dentre eles temos: Eliane Cavaleiro (2000), Petrônio Domingues (2006), Denise Carreira (2013), Nilma Lino Gomes (1995), Kabengele Munanga (2005), Marcelo Paixão (2003), Delcele Mascarenhas Queiroz (2001), Ana Célia da Silva (2003), Celso S. Vasconcellos (1995). Com base nessa investigação realizada na escola já citada foi possível identificar o quanto precisa melhorar esse cotidiano escolar, para efetivamente está proposto pela Lei de Diretrizes e Base da Educação. Desse modo, fica evidente a necessidade de promover debates e ações para que a temática apresentada na Lei em foco seja executada de modo interdisciplinar, mas com ênfase em história, artes e literatura.

Palavras-chaves: Lei 10.639/03. Diversidade racial. Prática docente.

ABSTRACT

The main objective of this work was to analyze how the teachers of elementary school II of the Flor de Liz School, located in the city of Jacobina-Bahia, work the African and Afro-Brazilian History and Culture in accordance with the National Curricular Guidelines of the education, observing the pedagogical practices carried out by teachers. In this way, the qualitative method was used, with the accomplishment of action research, logbook, questionnaires, interviews, bibliographic review, the Political Pedagogical Project, textbook, formal and informal conversations with teachers, managers, coordinators and students of the researched school, for analysis of data collected with theoretical help and final writing. We used several authors among them: Eliane Cavaleiro (2000), Petrônio Domingues (2006), Denise Carreira (2013), Nilma Lino Gomes (1995), Kabengele Munanga (2005), Marcelo Paixão (2003), Delcele Mascarenhas Queiroz (2001), Ana Célia da Silva (2003), Celso S. Vasconcellos (1995). Based on this research carried out in the school already mentioned, it was possible to identify how much it needs to improve this school daily life, to effectively it is proposed by the Law of Directives and Base of the Education. Thus, it is evident the need to promote debates and actions so that the theme presented in the Law in focus is executed in an interdisciplinary way, but with an emphasis on history, arts and literature.

Keywords: Law 10.639/03. Racial diversity. Teaching practice.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO I- A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA RAÇA E SEUS SUBPRODUTOS	17
1.1 Discutindo Conceitos de Raça, Racismo e seus Subprodutos.....	17
1.2 O Negro no Contexto Educativo.....	21
1.3 Entre o Movimento Negro e a Lei 10.639/03	26
CAPITULO II- ENTRE A PRÁTICA E A LEI 10.639/03 NA ESCOLA FLOR DE LIZ.....	36
2.1 As Questões Raciais na Escola Flor de Liz	36
2.2. Projeto Político Pedagógico para prática docente.....	43
CAPÍTULO III- O PROCESSO DA PESQUISA NA PRÁTICA.....	46
3.1 O discurso dos professores da Escola Flor de Liz com relação á lei 10.639/03	46
3.2 A Lei 10.639/03 no cotidiano da Escola Flor de Liz.	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
ANEXOS.....	61
APÊNDICE 1	64
APÊNDICE 2	66
APÊNDICE 3	69

INTRODUÇÃO

A situação do negro no Brasil ainda é lastimável. Mesmo depois de tanta luta e resistência, o espaço para a afirmação de suas práticas e tradições culturais continua sendo curto, segregado e rotineiramente desrespeitado. Estudar este tema é uma maneira de denunciar a forma como a história de construção da sociedade brasileira foi forjada; além disso, é uma forma de compreender melhor os discursos sobre a formação cultural do nosso país, já que estudos que envolvem o desenvolvimento humano apontam para o fato de que o processo de construção do espaço brasileiro envolveu uma forma cruel de conquista e imposição da cultura hegemônica europeia sobre a matriz africana. Assim, é válido questionar quem são os atores que participaram da formação cultural dessa terra e quais interesses nortearam e/ou norteiam a manutenção de uma cultura majoritária que representa apenas uma pequena parte da população nacional.

A escolha do tema sobre a lei 10.639/03: prática docente dentro do contexto da Escola Flor de Liz¹ mostra-se importante, pois, esta pesquisa trabalha com o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, observando se estão pautadas nas Diretrizes da Lei 10.639/03.

O *locus* da pesquisada fica na cidade de Jacobina - Bahia, a mais conhecida como “Cidade do Ouro”, tal apelido é herança do século XVII, a divulgação da existência do ouro na cidade atraiu os bandeirantes paulistas. Jacobina foi fundada em 1722. Uma cidade rodeada de serras, rios, lagos e morros belíssimos, com diversos pontos turísticos. Ela fica localizada na região norte da Bahia, no extremo norte da Chapada Diamantina, há 330 quilômetros de Salvador. Segundo o IBGE, sua população estimada em 2016 é de 83.435 habitantes.

A Escola Flor de Liz¹ foi fundada no dia 31 de março de 1975, através da Lei nº 015. Foi inaugurada há 41 anos em um terreno doado pelo então prefeito da época, Dr. Gilberto Dias de Miranda. O objetivo era atender os anseios da comunidade que solicitava uma infraestrutura escolar adequada e um grande espaço físico de esporte, cultura e lazer.

1. O nome utilizado da escola na pesquisa é fictício.

A princípio, o colégio começou a funcionar com 08 salas de aula, oferecendo os cursos primários, ginásio, datilografia, corte e culinária. O espaço serviu de lotação para as primeiras instalações da Faculdade de Formação de Professores de Jacobina (FFPJ). Em 23 de dezembro de 1992, através da Portaria SEC 435/92.

Em 04 de julho de 1996 obteve autorização para funcionar com os cursos do Ensino Fundamental - 1ª a 8ª séries, Ensino Médio – Formação para o Magistério do 1º Grau da 1ª a 4ª séries e também o curso Técnico em Contabilidade através do parecer conclusivo CEE nº 076/96 e Resolução CEE nº 046/96 de 27 e 28 de julho de 1996. No ano de 2002 houve a ampliação do Pavilhão anexo Eurides Santana, onde funciona Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 3º ano).

A escolha da escola foi levada em consideração à estrutura, por atender um número muito grande de alunos negros e pardos tanto da sede quanto da zona rural e por ter uma ótima acessibilidade. Escola Flor de Liz está localizado, no bairro residencial Félix Tomaz, busca atender os anseios da comunidade ao oferecer uma infraestrutura adequada alunos e moradores. Infelizmente, o bairro onde o *locus* da pesquisa se encontra não possui uma associação comunitária atuante e nenhuma atividade cultural em evidência. A situação socioeconômica da comunidade é diversificada, formada por professores, pedreiros, garis, comerciários, etc.

Atualmente é um dos maiores colégios públicos da região, com 38 salas de aula, além de sala de multimídia, sala de atendimento Educacional Especializado (AEE), laboratório de informática, biblioteca, auditório com capacidade para 400 pessoas, duas quadras poli esportiva, praça de alimentação e algumas salas climatizadas. Conta com 101 professores, 30 funcionários administrativos e de apoio e o corpo diretivo composto por: 1 diretor, 3 vice-diretores, 1 secretário, 4 coordenadores pedagógicos.

Atende uma clientela de aproximadamente 2.000 alunos, oriundos de diversos bairros como: Félix Tomaz, Caeira, Caixa D'água, bairro dos Índios, Peru, Missão, Ladeira Vermelha, Texaco, Mutirão entre outros e os distritos de: Cachoeira Grande, Várzea da Laje, Coxo de Dentro e Fora, Cafelândia, Tombador, Jenipapo, Barroco de Cima e de Baixo,

Itapicuru. Oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental, Tempo Juvenil e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Esta pesquisa tem como perspectiva etnográfica. A etnografia consiste em um método derivado da antropologia e significa literalmente “descrever a cultura”. É praticada nas ciências sociais a fim de investigar e compreender a organização social do trabalho estrutura, regras e modos de organização. É um método qualitativo com a interpretação de fontes orais, cujos instrumentos de coleta de dados constituem-se em questionários, uso de entrevistas, diário de bordo e observações. Trabalhar o uso etnográfico e a história oral demarcou a relevância e possibilidade de discutir sobre a realidade atual e o resgate das memórias do passado referentes à lei 10.639/03 e seus usos ao longo de sua promulgação.

Como aponta “Usos e abusos da história oral” de Janaína Amado e Marieta de Moraes (2006), a importância de se trabalhar com a oralidade começou a partir da antropologia com o processo de transmissão das tradições orais e depois se espalha para diversas áreas da pesquisa científica. Além disso, a “oralidade na medida em que permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas baseia-se na criação de fontes inéditas ou novas” (p.16). Através do método oral desempenhado por todos os coparticipantes durante o processo de estudo, foi possível evidenciar acontecimentos importantíssimos para a evolução desta pesquisa.

Segundo Carlos (1996), por meio da história oral, podemos retratar aspectos ocultos das manifestações coletivas, sobre movimentos de minorias culturais e os excluídos, especialmente negros, mulheres, índios, homossexuais, desempregados, além de migrantes e imigrantes exilados. Essas pessoas através da história oral têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas por diferentes circunstâncias.

Como bem nos assegura Burke (1992), as fontes orais têm sua importância como qualquer outra, pois todas as documentações apresentam informações valiosas para o desenvolvimento de qualquer pesquisa. Os dados orais vêm sendo bastante utilizados para evidenciar múltiplas concepções que as pessoas têm a respeito das relações tecidas na e com a sociedade sobre as diversas mazelas sociais como: a desigualdade social, a fome, o desemprego, as minorias, o preconceito racial, encontrados no mundo contemporâneo. Além

do mais, o autor frisa que as fontes orais servem para reconhecer e potencializar vozes que por muito tempo foram silenciadas nos registros documentais.

Para Alberti (2005), a história oral proporciona a possibilidade de refazer a história através de suas várias versões, apanhando a lógica e resultados da ação presente nas expressões observadas em cada indivíduo. Por meio de todo processo de observação proposto nesta pesquisa, relatos foram desvelados nesta perspectiva, a fim de problematizar as questões relacionadas à negritude presente no espaço escolar. Para o autor supracitado:

Uma análise de discurso propriamente dita, que, em se tratando de um acervo de depoimentos, pode engendrar estudos comparativos por gerações, grupos sociais, formação profissional etc. O trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados (ALBERTI, 2005, p. 24).

Durante toda a pesquisa procuramos respeitar e compreender todos os coparticipantes que colaboraram ou não para a realização da mesma, pois sabemos da importância de considerar as opiniões, atitudes e posições apresentadas nos depoimentos, questionários, nos diálogos e acontecimentos observados, só assim foi possível produzir um estudo inclusivo e coerente com a proposta em foco.

Na pesquisa utilizou-se o método etnográfico com o auxílio da história oral por ser um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivos e estudos referentes à experiência social de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva que tanto tem influenciado nas universidades e atuado diretamente na condução de arquivos e museus do mundo inteiro. Não apenas institucionalmente, mas também em nível das lembranças e coleções familiares ou até pessoais, com a democratização do acesso aos meios eletrônicos, o registro de situações, que também é feito em vídeos e fotos, tem sido cada vez mais interessante.

Corroborando com Alberti (2005), a história oral representa a ideia em movimento e sente a necessidade de “reconstruir”, totalizar e reinterpretar o acontecido, tendo o pesquisador como parte da construção, o que significa estar presente para a produção do documento e para o controle sistemático da própria fonte. Logo, foi importante trabalhar com

fontes orais para compreender como a lei 10.639/03 está sendo executada na Escola Flor de Liz, pelos professores, direção e coordenadores.

Para embasar o trabalho, utilizamos também como fonte de pesquisa o livro didático, o Projeto Político Pedagógico, o diário de bordo, questionários, dentre outras fontes analisadas de maneira cuidadosa. Foi necessário fazer observações sistemáticas, ou seja, o pesquisador através das observações busca registrar os fatos ocorridos no espaço pesquisado, sem a utilização de técnicas, mas proporcionando melhor viabilidade e desenvolvimento da pesquisa, fazendo-a fluir, complementando-a nos requisitos necessários durante todo o processo.

Segundo Arnoldi (2006 p. 87), em relação às outras técnicas de questionários, formulários, leitura documentada e observação participativa, as entrevistas apresentaram vantagens que podem aqui ser evidenciadas:

Proporcionam ao entrevistador uma oportunidade de esclarecimentos, junto aos segmentos momentâneos de perguntas e respostas, possibilitando a inclusão de roteiros não previstos, sendo esse um marco de interação mais direta, personalizada, flexível e espontânea. Cumprem um papel estratégico na previsão de erros, por ser uma técnica flexível, dirigida e econômica que prevê, antecipadamente, os enfoques, as hipóteses e outras orientações úteis para as reais circunstâncias da investigação, de acordo com a demanda do entrevistado, propiciando tempo para a preparação de outros instrumentos técnicos necessários para a realização, a contento, da entrevista. (ROSA; ARNOLDI, 2006, p.87).

As entrevistas tiveram um caráter semi-dirigido, ou seja, através da comunicação formal, com a autorização dos entrevistados, buscamos respostas relevantes para o tema proposto. Uma troca mútua de confiança e fluidez que propuseram objetivos bem definidos, com interrogatórios necessários para problematizar acerca das perguntas dificilmente encontradas em documentos escritos. Sem contar que a pesquisa é voltada para método qualitativo, que para Guerra:

Na abordagem qualitativa, o cientista, objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. (Guerra, 2014, p.11)

É notório que o método qualitativo lida diretamente com valores, sentimentos e experiências. Nesse sentido, tal metodologia é de grande importância posto que, estabelecemos relações próprias no espaço escolar, onde encontramos uma diversidade nos aspectos culturais, econômicos e sociais. Analisar os dados pelo método qualitativo significa trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. Como lugar de construção de saberes, a escola permite a obtenção de grande riqueza informativa, intensiva e contextualizada, por serem dotadas de um estilo especialmente amplo.

A pesquisa teve o seu início no dia 07 de março de 2016, com uma visita no turno matutino para conversar com a direção sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa no espaço escolar. A direção se mostrou disposta a ajudar com a disponibilização de materiais necessários para auxiliar no desenvolvimento deste trabalho, como os livros didáticos escolhidos pelos professores e gestão e o Projeto Político Pedagógico da escola. Em maio do mesmo ano, iniciamos as observações e a produção do diário de bordo, que durou aproximadamente um ano e meio, período no qual houve visitas frequentes nos turnos matutino e vespertino.

Os depoimentos dos discentes versavam sobre a forma como eles conseguiam lidar com o preconceito, se já haviam presenciado alguma situação racista e como os negros eram tratados no espaço escolar. Depois das observações que aconteciam uma vez por semana e depois duas vezes no mês, foi necessário aplicar um questionário com os discentes para obtenção de mais informações, os mesmos se mostraram dispostos a colaborar durante todo o processo.

Sobre os docentes entrevistados nos convém enfatizar que suas respectivas formações foram em diversas áreas: quatro professores de história, dois de língua portuguesa, dois de artes, três de geografia, um de educação física, um de matemática e dois de ciências. Todos esses professores se mostraram interessados a colaborar com a pesquisa. Foram realizado questionário e entrevistas no próprio colégio, nos horários vagos ou nos intervalos, com gravações que tiveram duração entre 07 e 20 minutos. Foi exigida por parte dos participantes das entrevistas e dos questionários a privacidade do nome.

O corpo desse trabalho foi dividido em três capítulos com o intuito de sistematizar melhor o estudo. O primeiro capítulo discute sobre o conceito histórico de raça e seus subprodutos, a saber, racismo, preconceito e discriminação racial, fazendo uma discussão teórica, através dos autores: Eliane Azevêdo (1990), Munanga (1999), Delcele (2001), Gomes (1995), Paixão (2003), Borges (2002) entre outros. Aborda ainda questões acerca do negro no contexto educativo, que por que por muito tempo foi esquecido e excluído do sistema de ensino. Além disso, esse mesmo capítulo trata da história do Movimento Negro em sua luta para melhores condições de vida.

No segundo capítulo procuramos contextualizar as questões raciais no local da pesquisa buscando analisar como os professores do ensino fundamental II da instituição pesquisada trabalham a História e Cultura Africana e Afro-brasileira de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da educação, observando as práticas pedagógicas realizadas pelos docentes. Buscou-se identificar como a Escola Flor de Liz trata das questões raciais dentro das salas de aulas e como o Projeto Político Pedagógico apresenta no contexto educativo a temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no ensino.

Já no terceiro capítulo deste trabalho, aborda-se os resultados apresentados através das entrevistas, observações, questionários e discursos dos professores, com relação à lei 10.639/03 e como a presente lei está sendo cumprida no cotidiano escolar da instituição. Procuramos identificar como a Escola Flor de Liz e todo o corpo docente se preocupa em trabalhar com a História e Cultura Africana e Afro-brasileira no espaço escolar.

Por fim, esta pesquisa se faz relevante por que apresenta inúmeros entraves encontrados no espaço escolar que vem dificultando consideravelmente a implementação da lei 10.639/03 de maneira adequada conforme foi proposta na LDB, na constituição federal e no PCNs.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA RAÇA E SEUS SUBPRODUTOS

1.1 Discutindo Conceitos de Raça, Racismo e seus Subprodutos.

A origem do termo raça para definir a humanidade começou a partir do século XV com a formação dos Estados nacionais europeus para diferenciar grupos de indivíduos nos campos das ciências sociais. Sendo assim, é justificável a necessidade de uma contextualização das construções históricas apresentadas a partir do termo raça e seus subprodutos como: racismo, preconceito e discriminação racial presentes no cotidiano do povo brasileiro.

O conceito de raça veio do italiano Razza, que por sua vez se originou do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie (Munanga, 2003, p.01). O termo raça perpassa por vários campos do conhecimento como a ciências sociais, antropologia, a biologia e a história. A princípio o conceito de raça era utilizado para classificar plantas e animais que possuíam algumas características semelhantes como uma forma de nomeá-los e diferenciá-los das demais. Conforme o autor Munanga:

Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. (MUNANGA, 2003, p.01)

Foi a partir das descobertas de novos territórios realizadas por europeus no século XV, no período das Cruzadas, que se acentuou a dúvida sobre o conceito de humanidade. Ao encontrar seres humanos tão diferentes de suas características físicas, passam a utilizar o mesmo conceito de raça (que era utilizado para diferenciar plantas e animais) a todos os indivíduos (Munanga, 2003). A partir de um olhar etnocêntrico diante do novo, começou-se a utilizar o conceito de raça em populações cujas características se elaboram as classificações raciais, pertencentes a uma mesma espécie. A partir de uma série de traços como medidas do

crânio (índices cefálicos), cor da pele, tipo de cabelo e certos comportamentos e atitudes, foram construídas as hierarquias raciais.

Schwartz (1993) apresenta as ideias evolucionistas e social-darwinistas que buscavam classificar, enumerar, organizar e inferiorizar os negros em relação aos brancos. Neste sentido, a humanidade começou a ser dividida em raças que geram ricas produções tentando comprovar as espécies humanas, a que, segundo Banton (1970, p.39), leva a um processo de racialização do mundo.

Para Munanga (2003) as ciências biológicas chegaram à conclusão que raça não se enquadra na realidade biológica, mas utilizado para explicar a diversidade humana e para dividi-la. É um conceito “social e político, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão” (p.6). Somos levados em um emaranhado de conceitos pré-estabelecidos por uma sociedade que define caráter, beleza, inteligência e inúmeros fatores basicamente pela cor da pele. Do ponto de vista de Delcele (2001),

No Brasil, um sistema de hierarquização social em que se associam elementos como “raça” status e classe. Esse sistema obedece a gradações de prestígio em que a “cor” é contaminada por outros discriminadores, tais como renda, origem familiar, educação, que atuam empurrando o indivíduo para um ou outro polo da dicotomia “branco/preto”. Essa dicotomia, que sustentou a ordem escravocrata, serviu desde o início da sociedade brasileira, para demarcar a distância entre privilégios e direitos, deveres e privações (DELCELE, 2001, p.40).

Partindo desta premissa, os indivíduos e grupos sociais são definidos e categorizados pelos seus atributos físicos, pois a raça é um critério construído socialmente para marcar limites, estabelecer regras ou privilégios entre grupos na sociedade. Conforme Munanga (2003), raça e racismo estão diretamente ligados e se faz necessário sabermos o que é:

O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2003, p. 07 a 08).

O racismo foi criado a partir de 1920 que através do sistema biológico, imposto como método de inferiorizar, rejeitar, não só a cor da pele, mas também pela negação da história, na qual negros, brancos, índios fizeram parte da construção histórica do Brasil. Então o racismo é um fenômeno que influenciou e influenciou nas mentalidades, no modo de agir e de ver o mundo, pois através de crenças pré-estabelecidas se criou uma hierarquia entre raças ou etnias como forma de inferiorizar uma em detrimento de outras.

Segundo Azevêdo (1990), os germanos nórdicos, há séculos, alimentados por lendas e mitos, mas, principalmente, pela necessidade de certa forma de hegemonia que compensasse a ausência de unidade territorial e política, cultivavam a autoglorificação através da pureza do sangue e da superioridade da raça. Essa tradição exacerbou-se no modelo patriota, com a unificação da Alemanha no fim do século XIX, de modo a ampliar as teorias racistas da época. Acreditava-se que o racismo não desapareceu com a evolução dos povos. No mundo atual, observam-se diversas formas racistas, que vão desde sua institucionalização, por força da lei, até as formas mais sutis com novos disfarces.

De acordo com Gomes (2002) o racismo vem como um código ideológico que parte de atributos biológicos como valores e significados sociais que impõe aos negros diversas conotações negativas que afetam o interior e o exterior com atitudes sutis, formas variadas de agressões com resultados explícitos de reação e resistência. Do mesmo modo, temos o preconceito e a discriminação racial, que remete a um julgamento que formulamos a propósito de uma pessoa, grupo de indivíduos ou povo que ainda não conhecemos, mas atingimos por deduzir que são inferiores apenas por carregarem uma pele de cor negra.

Portanto, cabe enfatizar que o preconceito racial é um conceito prévio negativo com relação a uma determinada raça. Ou seja, é uma opinião preestabelecida, imposta pelo meio, época e educação vivenciada. Já a discriminação racial são práticas discriminadoras fundamentadas em princípios preconceituosos.

Dessa forma, viabilizam uma realidade mascarada por uma mentira refletida na diferença grotesca entre as condições de vida das populações negras e brancas com relação às expectativas de vida, níveis de escolaridade, taxa de mortalidade infantil, de renda, etc. Ou seja, o termo raça está pautado em uma hierarquização social, que busca critérios para definir

lugares desiguais para grupos de indivíduos que deseja uma igualdade de oportunidades há muitos anos. Conforme afirma Paixão (2003) “Diversos estudos feitos a partir das bases de dados oficiais não deixam a menor margem de dúvida quanto ao fato de que no Brasil o critério étnico serve como um elemento determinante dos processos de estratificação e exclusão social” (p. 27).

Além disso, os estudos voltados para as desigualdades sociais entre brancos e negros na sociedade brasileira apontam para o fato de que a população negra é marcada por um padrão de segregação geográfica, limitado pela escravidão e, posteriormente, reforçados com a migração, que concentrou de modo desproporcional os negros em regiões predominantemente pobres em recursos, com uma economia e um sistema educacional falho. Junto a isto, temos o racismo que se manifesta por um comportamento de hostilidade e menosprezo em relação à pessoa ou grupos humanos cujas características intelectuais ou morais, consideradas “inferiores”, estariam diretamente relacionadas às suas características “raciais”, isto é, físicas ou biológicas.

Ao estudar questões de racismo evidenciamos o fato de que trata-se de manifestações discriminatórias ocasionados por indivíduos contra indivíduos com a intenção de inferiorizar e que podem atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e, até mesmo, provocar assassinatos. Outras se manifestam sob a forma de segregação no espaço urbano, particularmente na escola e no mercado de trabalho. Manifestam-se também em manuais escolares, livros, na mídia, em filmes e novelas de televisão que retratam de maneira inadequada as minorias étnicas ou os grupos raciais menosprezados. Assim, vale dizer ainda que o racismo trata-se, portanto, de uma opinião ou sentimento que adotamos irrefletidamente, sem fundamento ou razão. A discriminação é presente “dentro de um sistema no qual quanto mais semelhante for um homem ou uma mulher com o tipo físico africano (cor da sua pele, tipo de cabelo, lábios, etc.) maior a chance dessa pessoa vir a ser efetivamente preterida, perseguida” ou sofrer bloqueios em seu processo de ascensão social (PAIXÃO, 2003, p.28).

Ou seja, no Brasil há um mito da “democracia racial,” que tenta afirmar uma crença sobre a existência de uma situação harmoniosa e equilibrada, onde todos têm acesso aos bens sociais, com igualdade de oportunidade aos bens materiais e simbólicos. “O mito da

democracia racial deu base para a construção do discurso da unidade entre brancos, negros e índios, que encobriu as hierarquias e as discriminações constitutivas das relações entre brancos e não-brancos” (UNESCO, 2008, p.9).

No Brasil, é evidente a necessidade da criação de políticas públicas para o combate às desigualdades raciais. Precisamos promover mais projetos de intervenção que envolvam parcerias com os Movimentos Negros objetivando eliminar ou amenizar as marcas deixadas pelo racismo desse modo poderemos consideravelmente a desigualdade histórica.

Para Borges (2002) existem duas formas básicas de combater a discriminação e o preconceito, assim como seus efeitos. Uma delas é a legislação penal: criam-se leis que punem os atos discriminatórios. O Brasil já tem uma série de leis para punir a discriminação por motivos de raça, sexo, religião, origem nacional, deficiência e outros. Essa legislação tem sido aperfeiçoada nas últimas duas décadas. Em razão disso, mais pessoas têm apresentado denúncias e aberto processos na justiça, e mais pessoas têm sido condenadas por praticar esses atos.

1.2 O Negro no Contexto Educativo

A escola tem um papel importantíssimo na valorização de grupos historicamente discriminados, excluídos e menosprezados. À escola cabe a função de criar condições para que todas as pessoas reconheçam seu pertencimento racial e o dos outros como experiência positiva. O âmbito escolar é um espaço com a possibilidade de promoção do respeito à diversidade já que tem o intuito de formar seres capazes de compreender a pluralidade cultural, a igualdade e o respeito às diferenças. De acordo com Carreira, “os profissionais de educação têm um papel fundamental em uma educação transformadora das relações raciais, que possibilite condições de maior igualdade entre brancos, negros, indígenas e outros grupos presentes em nosso país” (CARREIRA, 2013, p.75).

Para Gusmão (1997), a escola se apresenta também como um espaço de controle social que se baseia em ensinamentos voltados para uma classe dominante, no qual a cultura é manipulada para a formação de seres moldados para atender um grupo específico. Assim, o

ambiente escolar reforça um sistema pedagógico etnocêntrico, homogeneizador e autocentrado. Nas palavras de Cavalleiro,

(...) As crianças negras presentes na escola vivem em seus relacionamentos, um sistemático processo de discriminação racial, que opera de maneira negativa em seu processo de desenvolvimento e aquisição de conhecimento. “Logo, considerando que a educação é base construtiva na formação do ser humano e na defesa e na constituição dos outros direitos como: os econômicos sociais e culturais –, tal processo educativo colabora para a submissão social do ser humano negro” (CAVALLEIRO, 2005, p. 99).

Em outras palavras, é perceptível o quanto o sistema escolar permite em seu espaço a reprodução da desigualdade social e racial existente entre grupos e indivíduos diferentes, apresentando de maneira errônea os espaços a serem ocupados por negros. A escola é o local onde aprendemos e compartilhamos os saberes, valores, hábitos, crenças. Nesse sentido, vale dizer que tal ambiente deve ser propício ao acolhimento às diferenças, ao respeito às pluralidades para tornar-se um local qualitativo para o convívio de crianças, jovens e adultos com mais igualdade e oportunidade.

A promoção e valorização do respeito mútuo das culturas existentes no meio escolar sem menosprezar nenhuma delas direcionam para o fortalecimento das identidades. Do ponto de vista das ideias de Gomes (2003), a escola enquanto instituição social é responsável por promover positivamente o conhecimento das culturas e a superação de qualquer ranço negativo. Dessa forma, o multiculturalismo precisa estar presente nas bases organizativas da escola, pois o mesmo se apresenta também como instituição social que abarca o caráter multirreferencial dos saberes que perpassam suas sistematizações.

Ao docente e a toda a comunidade educadora cabe o desafio de compreender os diferentes grupos sociais e as classificações herdadas ao longo do tempo e juntos desconstruir ideias preconceituosas, com pensamentos e representações positivas sobre o negro objetivando tornar o espaço escolar em um lugar democrático e livre.

Para isso seria necessário enfatizarmos as riquezas encontradas, na cultura afro-brasileira que promovam as belíssimas histórias de bravura e heroísmo existente na construção do nosso Estado Nação. Todos nós fazemos parte da construção social e histórica

nas relações políticas, econômicas e culturais. Como afirma Rodrigues (1999, 26), "aquilo que não quero ser é parte 'inabstrairável' do que sou, pois, aquilo que uma sociedade renega é intimamente integrante de si".

A escola é vista como um espaço que busca promover a aprendizagem que tem o poder de formalizar e institucionalizar o conhecimento ao longo da vida. É nela que ampliamos as nossas descobertas diante das coisas. Com base em diversos estudos é possível detectar o quanto a população negra durante muito tempo não pôde ter o privilégio de frequentar o mundo escolar. No nosso país, em caráter oficial, essas práticas, antes mesmo da abolição não eram regulamentadas por senhores de engenhos que liberavam algumas crianças negras para estudarem nas escolas de suas propriedades.

Os estudos de Paixão (2003) revelam claramente que decorridos mais de cem anos desde a Abolição da Escravatura, os negros continuam em franca desvantagem em todas as regiões do país. Assim, nas regiões e Estados onde o Índice de Desenvolvimento Humano é mais baixo, a baixa qualidade de vida pune de forma mais dura os afrodescendentes, e nos lugares mais desenvolvidos os benefícios gerados pelo processo de desenvolvimento das últimas décadas são desfrutados, sobretudo pelo contingente branco. Todas essas evidências só apresentam o quanto a cor da pele influencia nos resultados a serem alcançados no que diz respeito à saúde, educação e oportunidades para as populações ditas como negras. Por muitos anos os negros ficaram impossibilitados de ingressarem nas universidades públicas por falta de oportunidades ou por uma falha do sistema de ensino. Hoje, para ingressar em alguns cursos universitários o estudante de pele escura enfrenta certa dificuldade. Além disso, há um número pequeno de estudantes negros em cursos "privilegiados" como direito, medicina, engenharia, arquitetura entre outros, Como afirma Correia, 2013:

Tal perspectiva nos permite entender o racismo como fenômeno que desumaniza pessoas e marca estruturalmente a distribuição desigual de acesso a oportunidades, recursos, informações e poder no cotidiano, na sociedade e nas políticas de Estado – fenômeno esse que é revelado por diversas estatísticas de institutos de pesquisa e denunciado por movimentos de mulheres e homens negros, entre outros movimentos sociais (CARREIRA, 2013, p.11).

Ao tratar de educação escolar, nota-se a existência do racismo com suas evidências nos altos índices de analfabetismo, repetência e baixos níveis de aprendizagem na maioria da população negra. É comum encontrar na escola uma série de empecilhos como falta de material didático, precária formação continuada para os professores e ausência de verbas para a realização de projetos; isso, provavelmente, dificulta de modo considerável as abordagens das questões raciais, dos aspectos culturais e diversidade na sala de aula. Com isso, acaba por reforçar cada vez mais, a ideia de superioridade da cultura hegemônica e inferioridade daqueles que não são representados por essa elite dominante. Tais práticas escancaram e, de certo modo, contribui para que as questões de preconceito étnico se perpetuem. Conforme aponta Munanga, 2005:

O racismo que o negro sofre passa pela cor de sua pele. Este racismo tem um conteúdo cultural muito forte. Os mitos da sociedade ocidental em relação às diferenças entre os homens e mulheres surgem dentro de uma realidade inegável: a supremacia da raça branca. O negro vive em um mundo branco, criado à imagem do branco e basicamente dominado pelo branco. (MUNANGA, 2005, p.59)

Neste contexto, fica claro que em todo momento há um silenciamento, desvalorização e inviabilidade das culturas e histórias que dizem respeito aos afro-brasileiros, no currículo escolar. Na maioria das crianças ainda se cultiva a ideia de que pertencer ao universo negro é pertencer ao mau, ao feio. Mesmo na escola, ainda há uma reprodução do discurso midiático no qual as representações em desenhos infantis mostram princesas e fadas brancas, exibem apresentadoras lindas de olhos claros e cabelos loiros. Desse modo, Fica inviável encontrar representatividade o que reforça a existência do preconceito racial.

Por certo a identidade negra é construída aos poucos, num processo que envolve diversos fatores. Isto é, a identidade negra é uma construção que perpassa pelos fatores sociais, culturais e históricos, onde o individuo se reconhece como pertencente ao grupo étnico racial a partir da sua história, cultura e das relações vivenciadas com o outro. Ou seja, “(...) ser negro no Brasil é tornar-se negro. Assim, para entender o “tornar-se negro” num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Refiro-me aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem. (SOUZA 1990, p.77) apud (GOMES, 2002, p. 3).

A identidade é construída em contato com o outro, uma produção que nunca completa, sempre está em processo. E a escola tem um papel importantíssimo para o fortalecimento de novas identidades com práticas discursivas. Para Michel Foucault (1999), a escola surgiu como um instrumento de controle social, com as reafirmações ideológicas, regras e pensamentos regidos por uma maioria. O espaço escolar vai muito além das disciplinas, das avaliações, das normas, do currículo e dos conteúdos. É lá que os olhares se lançam se divergem ou se encontram. A formação escolar interfere diretamente na construção da identidade do seu alunado de modo positivo ou negativo.

A escola que se distancia das questões culturais sofre o risco do distanciamento simbólico das mentalidades da realidade de crianças e jovens que fazem parte desse processo de ensino e aprendizagem. Para Candau e Moreira,

Situações de discriminação e preconceito estão com frequência presentes no cotidiano escolar e muitas vezes são ignoradas, encaradas como brincadeiras. É importante não negá-las, e sim reconhecê-las e trabalha-las, tanto no diálogo interpessoal como em momentos de reflexão coletiva, a partir das situações concretas que se manifestem no cotidiano escolar. (CANDAU e MOREIRA, 2008, p.32).

Sendo assim, em termos políticos no que se referem à identidade e ao reconhecimento, existem grupos sociais que tem sido alvo de diversas discriminações. Entre eles, incluem-se os negros, as mulheres, entre outros, que lutam para o surgimento de oportunidades iguais, pela situação de opressão que carregam há séculos e perpetuam até os dias atuais. Infelizmente, essa luta fica enfraquecida quando o lugar que deveria servir como aliado acaba se colocando como algoz, é o que ocorre repetidas vezes em nossas escolas.

As constatações do economista, Marcelo Paixão (2003) encontram eco em um estudo divulgado em 2001, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado ao Ministério do Planejamento. Segundo esse estudo, os negros, que são cerca de 45% da população, constituem 68% dos pobres do país; as pessoas analfabetas com mais de 15 anos de idade representam 8,3% dos brancos, mas 19,8% dos negros; e a renda mensal média é de 410 reais para os brancos e 170 reais para os negros. É igualmente importante ressaltar que a desigualdade racial entre negros e brancos no Brasil, conforme mostram as estatísticas

oficiais, tem permanecido constante nos últimos vinte anos, período em que houve um progresso geral para o conjunto da população.

Diante desses fatos é fundamental ressaltar a necessidade de luta incessante para que leis e normas universais contra a discriminação, o racismo e as diversas formas de intolerância sejam implementadas. É urgente também que se promovam políticas específicas de ação afirmativa e outras políticas públicas que visem desenvolver a autonomia e a capacitação política, profissional e educacional dos afro-descendentes por meio de créditos para investimentos, empregos produtivos e salários adequados à sua sobrevivência pessoal e familiar. Finalmente, é de extrema importância que as programações culturais e artísticas sejam de fato acessíveis à população negra e que os currículos escolares expressem os princípios do pluralismo e da igualdade entre diferentes.

1.3 Entre o Movimento Negro e a Lei 10.639/03

A história da população negra, no Brasil foi amplamente discutida por sua condição escrava. Observada pelo lado econômico, vista como mercadoria e, posteriormente, na esfera da cultura aparece como exóticos, e na esfera política como grupo destituído de capacidade organizativa e propositiva. Desse modo, as inúmeras lutas sociais por uma efetiva integração que foram travadas após a abolição esbarraram na visão instituída durante o período colonial que dificultava o acesso da população afro-brasileira, em condições de igualdade, posto que o negro que fora escravizado agora encara duas esferas principais da vida social: sendo uma o mercado de trabalho e a outra a educação.

As questões sobre o negro já eram trabalhadas em sala de aula há muito tempo, só que de forma pejorativa, inferiorizando o negro, sendo que era visto sempre como subalterno. A lei 10.639/03 vem para acabar com essa visão, exigindo que se trabalhem as questões africanas e afro-brasileiras de forma positiva. Dados da Unesco confirmam que:

Os questionamentos transitam desde a imagem presente nos livros didáticos, passando pelos termos pejorativos usados nos textos chegando aos conteúdos ministrados nos cursos de formação de professores. De forma mais ampla, os questionamentos se dirigem à necessidade de mudança radical na estrutura curricular dos cursos em todos os níveis, modalidades e etapas do ensino que desconsideram ou simplesmente omitem a participação africana e afro-brasileira na construção do conhecimento em diferentes áreas das ciências. (UNESCO, 2008, p.10)

A Lei n. 10.639/03 foi um ponto de partida para a luta da população negra, sendo conquistada, pelo Movimento Negro, com o intuito de fortalecer, no âmbito escolar, as discussões sobre culturas afro-brasileiras e as belezas conseguidas através dos descendentes dos povos africanos. Isso significa construir uma postura pedagógica que reconheçam as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam à melhoria da qualidade da educação brasileira para todos. Considerando esses aspectos, em 09 de janeiro 2003 o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei N° 10.639, alterando a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica e foi regulamentada por meio da Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Lei 10.639/03.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNS:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais se desenvolverá no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas particularmente Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares (BRASIL, 2004, p.21).

Esta história ela inicia quando começa a discutir no Brasil sobre multiculturalismo e quando o Movimento Negro luta pelo reconhecimento da diversidade cultural e étnica brasileira. Então, em 1996 o Programa Nacional de Direitos Humanos, constrói um decreto 1.904 de 2006 que assegura a presença histórica das lutas dos negros na constituição do país. É evidente o quanto esta lei pode ser considerada como um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se vê retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei n. 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional.

A própria Constituição Federal de 1988, em seu Art.3º, inciso IV, garante a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação: do inciso 42 do Art.5º trata da prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível: do § 1º do Art.215 versa sobre a proteção das manifestações culturais. De acordo com Munanga:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

A educação, ao ser entendida como direito humano fundamental, implica que os estados tenham a obrigação de garanti-la mediante sua promoção, proteção e respeito à diversidade de experiências e culturas, assegurando à população a igualdade de oportunidades para o acesso e a apropriação do conhecimento. Tais elementos orientam os princípios de uma educação de qualidade para todas as pessoas, ou seja, equidade, pertinência, relevância, eficácia e eficiência.

Do ponto de vista das políticas que visam à melhoria da educação, é fundamental considerar que, de uma perspectiva mais restrita ao desempenho escolar, ou daquelas que buscam considerar as diversas dimensões envolvidas no processo de garantia do direito à educação de qualidade, a questão racial deve ser considerada como eixo fundamental. Essa exigência deve perpassar desde as políticas de educação básica, período em que a discriminação racial entre as crianças e os jovens é assimilada de forma estrutural na formação dos sujeitos, até as políticas de educação superior.

A Lei n. 10.639/2003 altera a LDB e tem foco na educação escolar, deve ser cumprida pelos sistemas de ensino. Não obstante, observa-se que os conselhos de educação, as secretarias estaduais e municipais de educação e o próprio Ministério da Educação não vêm

atuando de forma sistemática e integrada no sentido de divulgá-la e de criar as condições sistêmicas para a sua efetiva aplicação.

A situação educacional da população negra está refletida em diversos indicadores que apontam com nitidez a contradição entre o discurso de que vivemos em uma democracia racial e uma realidade perversa, marcada por diferenças desfavoráveis aos estudantes negros quando comparados aos estudantes brancos. A Lei 10.639/03 é uma ação afirmativa, porque ela modifica a construção das relações raciais a partir do reconhecimento, da valorização da diversidade social e cultural do Brasil.

O Movimento Negro tem característica organizada como um movimento social, com formação de indivíduos, entidades e grupos que lutam contra o racismo e em defesa das condições de vida das populações negras, seja pelo modo de vida dessas pessoas que resistem à cultura hegemônica ou através de práticas políticas, educacionais e culturais. Nos termos de Domingues,

(...) Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a questão racial, é, por conseguinte uma questão de identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES, 2007, p.101)

O movimento visa resgatar uma cultura esquecida, resgatar direitos negados por muitos anos, uma educação igualitária para todos, identidade valorizada por uma história de luta. Lutam por uma sociedade antirracista e pelo fim da desigualdade social. O Movimento Negro perpassa por várias fases bem complexas a saber, a primeira etapa que ocorreu da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937); a segunda da República à Ditadura Militar (1945-1964); a terceira do início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000) e por fim, a fase que muitos denominam de Movimento Negro organizado na República: uma hipótese interpretativa (2000- /?).

- PRIMEIRA FASE:

Esta fase tem o seu início em 1888 e se desdobra até 1937. Ou seja, no período pós-abolição, portanto, nos dias em que se escancara a marginalização do povo negro. Com o fim da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, não havia destino certo para os ex-escravos que se concentravam em toda parte do Brasil, mas em proporções ainda maiores nas regiões mais precárias economicamente como norte e nordeste onde viviam da agricultura e da extração de minérios.

O processo de abolição da escravatura no Brasil trouxe consigo uma situação profundamente perversa para a população de origem africana em nosso país. As elites, receosas de um processo de radicalização do movimento abolicionista que, afinal de contas, não se verificou, bem como tendo incorporado a novidade social darwinista das elites europeias do final do século XIX, adotaram, nos 30 primeiros anos do século XX, políticas que levaram à exclusão da população negra. (PAIXÃO, 2003, p.69)

No início do século XX, muitos negros conseguiram, migrar para o sudeste, principalmente para São Paulo, na esperança de melhorias com a lavoura de café e com o surgimento das indústrias, mas não demorou muito para os postos de trabalhos serem ocupados por imigrantes e ampliar significativamente a marginalização. Alguns negros conseguiam se destacar com empregos estáveis em escritórios ou serviços públicos, mas era um número bastante reduzido. Este processo de ascensão era chamado por Florestan Fernandes de “elite negra”, que se diferenciava da parte “excluída”. Para Mendonça (1996), além do destaque esse grupo foi responsável pelo surgimento de diversas organizações que possibilitavam a população negra atividades culturais, políticas, entre outras. Esse mesmo grupo fundou entre 1937 e 1945 alguns pontos de apoio como: Associação dos Negros Brasileiros, Associação José do Patrocínio, Centro Cívico Palmares, Centro Cívico Beneficente Senhoras Mães Pretas, Clube Negro de Cultura Social, Frente Negra Socialista, Federação dos Homens de Cor, Grêmio Recreativo e Cultural, Movimento Afro-Brasileiro de Educação e Cultura, Legião Negra Brasileira, Sociedade Beneficente 13 de Maio, União Negra Brasileira, Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara.

Simultaneamente, apareceu o que se denomina *imprensa negra*: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões. Para um dos

principais dirigentes negros da época, José Correia Leite, "a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa", que transmitisse "informações que não se obtinha em outra parte". (LEITE, 1992, p. 33.)

Essas organizações foram se fortalecendo a ponto de criarem a "Imprensa Negra", com uma quantidade considerável de jornais, objetivando combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre brancos e negros. O principal intuito desta imprensa era informar a população negra e reivindicar o direito à igualdade social. Entre esses jornais destacam-se na imprensa de São Paulo os seguintes folhetins: A Rua (1916), O Alfinete (1918), A Liberdade (1919), A Sintinella (1920), Chibata (1932), Evolução (1933), Tribuna Negra (1935), Senzala (1946) entre outros.

Respaldados pela crise de 1929 e a revolução de 1930, criou-se, em 1931, a Frente Negra Brasileira, em defesa dos direitos do povo negro. Para Mendonça (1996) a FNB teve sua primeira organização em São Paulo e no interior do Estado, mobilizando milhares de núcleos em outros estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, etc. Eles buscavam romper com as dificuldades sociais colocadas aos negros por sua integração, denunciavam o preconceito e as discriminações sociais. A Frente Negra Brasileira, em 1936, transformou-se em partido político, mas no ano seguinte foi exterminado pela ditadura do "Estado Novo".

- SEGUNDA FASE:

Essa fase vai de 1945 a 1964. O Movimento Negro criou forças durante a fragilidade da ditadura "Varguista", procurou outra forma de denunciar atos racistas, de reivindicar o acesso à educação, de discutir sobre as dificuldades encontradas no fator empregatício, e de chamar a atenção para a miséria sofrida pela falta de oportunidade e a marginalização da população negra. Nesse período, um dos principais agrupamentos foi a União dos Homens de Cor, fundado por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943. O seu objetivo era "elevar o nível econômico, e intelectual" das pessoas de cor em todo território nacional e torná-los aptos a ingressarem em setores administrativos do país, em setores bem sucedidos.

Houve também um resgate cultural como forma de denunciar todas essas mazelas. Então o Movimento Negro, criou o Teatro Experimental do Negro, em 1944, liderado por Abdias do Nascimento, como forma de continuar a luta pelos direitos iguais, a mobilização da consciência negra e uma preocupação cultural e artística. As atividades desenvolvidas no teatro, além dos ensaios, envolvia também um trabalho de educação que motivavam jovens. Para Guimarães, o Movimento estava fortalecido pelo seguinte:

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população "de cor" continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência. (GUIMARÃES, 2002, p.88)

Diante da desigualdade social vivida pela população negra e das diversas mazelas sofridas, a cada dia o Movimento se fortalecia para lutar por mais melhorias. Para Gonzalez (1982) O TEN foi um grupo pioneiro ao trazer para o país as propostas do movimento da negritude francesa, que, naquele instante, mobilizava a atenção do movimento negro internacional e que, posteriormente, serviu de base ideológica para a luta de libertação nacional dos países africanos.

Para Domingues (2007) é importante salientar que, além do UHC ou o TEM, tiveram outros grupos que empreendiam a luta antirracista. Em Minas Gerais, foi criado o Grêmio Literário Cruz e Souza, em 1943; e a Associação José do Patrocínio, em 1951. Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, em 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional. No Rio de Janeiro, em 1944, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro com defesa ao fim do preconceito racial, entre dezenas de outros grupos dispersos pelo Brasil com o mesmo intuito.

No final dos anos 60 surge o decreto do AI-5 o Ato Institucional número cinco que proíbe o Movimento Negro de atuar. A Ditadura Militar proíbe suas ações e qualquer debate sobre racismo e o preconceito racial. Como forma de se contrapor a repressão o movimento reanima seu ativismo introduzindo novos símbolos culturais, políticos e de negritude.

- TERCEIRA FASE:

Apesar das dificuldades encontradas e a repreensão ter atingido o MN, não foi o suficiente para banir as ideias de igualdade, perante tantas diferenças sofridas por populações negras, mulheres, índios entre outros povos. A união desses grupos chamados de “excluídos” fortaleceu de maneira significativa com o apoio dos sindicatos e estudantes para juntos lutar por direitos necessários a todos. Diante dessa junção, formou-se um Centro de Cultura e Arte Negra, a imprensa negra, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974) entre outros. Em Porto Alegre, o Grupo *Palmares* (1971) defende a ideia de substituição das comemorações do dia 13 de maio pelo dia 20 de novembro como uma data mais significativa para o negro (a morte de Zumbi dos Palmares) como Dia da Consciência Negra. No Rio de Janeiro a juventude cria o grupo *Black Rio* e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN).

Nos anos 70, como protesto pelo assassinato do trabalhador e negro Robson Silveira da Luz, as organizações do Movimento, convoca um grandioso ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Esse ato foi um grande avanço político realizado pelo negro contra o racismo. A união dessas entidades passou a se chamar de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR).

E as lutas continuam ocupando outros espaços, nos partidos políticos, nas universidades, no movimento sindical, na religião, nas artes, no mercado de trabalho. Enfim, o Movimento Negro Unificado luta para que as diferenças sejam respeitadas e todos sejam tratados com igualdade.

Em 1982, o MNU defendia algumas reivindicações como: desmistificação da democracia racial brasileira; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; organização política da população negra; organização para enfrentar a violência policial; luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (Domingues, 2007).

Ou seja, o movimento era contra o mito da democracia racial e da mestiçagem pelo fato de estarem vinculados a uma ideologia alienadora. Um reforçava a ideia da não existência

do racismo e a outra sempre esteve a serviço do branqueamento. Foram realizadas diversas campanhas e, assim, conseguiram muitos avanços para populações ditas como “excluídas”.

A partir dos anos 80, o MNU, exigindo oportunidades educacionais igualitárias, denuncia a escola como mecanismo de reprodução do racismo e aponta o currículo, a formação do educador e o livro didático como elementos centrais para a construção democrática e multirracial.

QUARTA FASE:

Essa fase se inicia em 2000 e, é caracterizada pela participação do movimento hip-hop, um grupo popular, com uma linguagem dita da periferia, rompendo com o discurso das entidades negras tradicionais. O lema é resgatar a autoestima do negro em se reafirmar como tal: “Negro Sim! Negro 100%”, com músicas de protesto, com denúncia racial e social que expressa à rebeldia da juventude afrodescendente. Porém, mesmo o hip-hop apresentando um caráter social, não pode afirmar que houve uma ruptura do movimento negro ou substituição. Primeiro, porque o hip-hop não apresenta nenhum programa político e ideológico de combate ao racismo e segundo porque o grupo não visa defender só os interesses dos negros. (Domingues, 2007).

Diante de tantas interrupções, inovações ocorridas com o Movimento Negro, foram fortes o bastante para continuar lutando por mais conquistas para o povo de pele escura. Uma ideologia que se passa de geração a geração é o suficiente para que haja o seu fortalecimento e para que se conquistem muitas vitórias contra o racismo, o preconceito e a desigualdade social.

Uma das grandes conquistas desse Movimento é a comemoração do 20 de novembro como sendo o dia “Nacional da Consciência Negra” como o símbolo da resistência negra (morte de Zumbi dos Palmares). Ainda vale dizer que esse mesmo Movimento promoveu, na educação, alterações importantíssimas como a modificação de alguns artigos necessários na Lei nº 9.394/96 LDB, por conta da criação da Lei nº 10.639/03, que instituiu as Diretrizes Curriculares para o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

É necessário enfatizar a conquista da valorização da identidade negra de “empoderamento”, analisado de maneira positiva com traços físicos e cabelos realçados. A ampliação das medidas efetuadas pelo Estado em combate ao racismo no Brasil teve grande influencia do MN. Houve a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998 que defendem necessidade de levar para o âmbito escolar temas voltados para a pluralidade cultural, as questões étnicas, igualdade de direitos; esse tipo de discussão contribui para que os discentes aprendam a rejeitar qualquer tipo de discriminação no espaço escolar.

Para Munanga (1988), este movimento foi um importante propulsor da libertação de diversos países africanos. Ele pode ser pensado como uma luta política, intelectual e artística. Na medida em que seus líderes produziam novos saberes com base na lógica cultural e filosófica africana, promoviam também o engajamento político em defesa da autenticidade da África.

Dessa forma, são evidentes as lutas e as conquistas promulgadas pelo MN como: as ações afirmativas, Cotas, a lei 10.639/03, a alteração das Diretrizes Curriculares, os PCNs, a lei do racismo como crime, Programas para o fortalecimento da cultura negra, entre outros que contribuíram para a evolução da classe negra.

CAPÍTULO II

ENTRE A PRÁTICA E A LEI 10.639/03 NA ESCOLA FLOR DE LIZ

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar. (Nelson Mandela)

2.1 As Questões Raciais na Escola Flor de Liz

São nos espaços sociais que o homem desenvolve suas habilidades, sentimentos, crenças e, emoções; é, também, nesses espaços que os indivíduos constroem sua própria identidade. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é um mito, pois à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade de identidades possíveis para nos identificarmos ao menos temporariamente (Hall, 2011, p.13). Além do mais, as sociedades modernas são sociedades de mudanças constantes, rápidas e permanentes. A base inicial dessa formação é a família como primeira instituição não formal na qual o sujeito se insere e a segunda instituição formal que é a escola.

Como afirma Nascimento (2010), a escola é “lugar de encontro entre diversas crenças, diversas práticas, uma diversidade de pessoas que juntos buscam desenvolver expectativas sobre o mundo e sobre quem somos”. (p.168). É no espaço escolar que somos lançados desde pequenos para socializarmos conhecimentos, valores e costumes com uma diversidade vasta. A escola tem um papel importante na socialização do indivíduo, no desenvolvimento das capacidades cognitivas, na promoção do conhecimento social. É inegável o fato de que os conhecimentos adquiridos através da escola influenciam na compreensão que os indivíduos têm do mundo social. Para que ocorra um desenvolvimento pleno é necessária a socialização, que abarque as necessidades da criança assimile a cultura da sociedade em que vive.

Conforme, Thomaz (2009) a escola tem um papel importante na vida do cidadão para o convívio no meio social de maneira crítica, autônoma e com capacidade para lidar com as dificuldades encontradas no dia a dia. A educação escolar não deve servir só como instrução, mas tem a função de promover uma transformação positiva para todos aqueles que fazem parte dela.

No decorrer da pesquisa trabalhamos um pequeno questionário com os alunos da escola, nos turnos matutino e vespertino, nele pretendíamos analisar qual a percepção dos estudantes com relação às questões relacionadas a pessoas negras dentro da escola, como os mesmos viam as questões raciais, as atitudes preconceituosas dentro da escola, como a negritude era trabalhada na instituição e se existia algum material que pudesse versar sobre a Lei 10.639/03. A seguir trazemos uma mostra desse questionário já respondido para assim embasarmos a discussão deste trabalho.

Questionário realizado com os alunos		
Qual cor da pele:		
Pardo 225	Negro 54	Branco 66
Na sua sala tem pessoas negras?		
Sim 273	Não 72	
Quais os critérios que você utilizou para definir as pessoas negras?		
Cor da pele 252	Tipo de cabelo 66	Traços físicos 27
O preconceito mais frequente na escola está relacionado a:		
Cor da pele 267	Classe social 30	Idade 48
O negro é trabalhado na sala de aula como:		
Escravo 315	Outros 30	
Na escola existem materiais com foco em questões africanas e afro-brasileira?		
Livro didático 240	Não existem 105	

*O restante do questionário estará no anexo.

De acordo com os dados do questionário fica evidente que na escola pesquisada há um número expressivo de alunos negros autodeclarados ou apontados pela opinião dos colegas. É importante salientar o fato de que, mesmo diante desses dados, alguns estudantes chegam a afirmar que não existem negros em suas salas de aula; tal acontecimento explicita a carência de sensibilização para as questões da formação cultural da população brasileira; isso nos mostra que nossos estudantes desconhecem as próprias origens, e, mesmo depois de tanta luta, ainda se encontra gente que desconhece e/ou tem vergonha da própria etnia, é o que observamos na fala a seguir:

“Na nossa escola não tem muitos negros, e sim morenos ou café com leite. Eu mesmo sou moreno, pois tenho o cabelo bom. Mas na minha sala tem alunos com cabelos ruins, pele escura e lábios grossos que podem ser considerados negros. Mas eu não!” (Artur, 11 anos nome fictício).

Nessa fala fica comprovada a existência de muitas nomenclaturas para a cor da pele, que estende a café com leite, moreno, pardo, etc. Tendo em vista esta percepção, cabe considerar a definição partindo de Gomes (2001), ao afirmar quem é negro, no Brasil, vamos muito além das questões políticas, perpassando por características físicas, da cor da pele e os aspectos do cabelo. Portanto, a identidade negra está configurada em se reconhecer negro e se aceitar como tal, para assim contribuir com o fortalecimento racial. Levando em consideração tudo que foi dito até aqui buscamos analisar como a escola lida com as questões africanas e afro-brasileiras. Além disso, procuramos observar de que forma a escola desenvolve métodos para que o público alvo sintam-se pertencente ao grupo e tenha sua cultura valorizada.

Para responder a estas inquietações foi preciso observar o espaço físico da escola pesquisada, observar os alunos que ocupam este espaço e aplicar questionários com onze perguntas com duas abertas e 9 (nove) fechadas. O questionário foi trabalhado com todas as turmas do matutino e vespertino do 6º ao 9º ano. Foram contabilizados 345 questionários ao todo. Ao apreciar o espaço, foi constatado que não há a existência de nenhum cartaz ou qualquer coisa que busquem referências na cultura ou na identidade das pessoas, sendo elas negras ou pardas, tal afirmação se comprova no olhar sobre as imagens que seguem.



Visualização da parte externa do colégio.



Visualização partindo do refeitório dos três pavilhões.

De acordo com Cavelleiro (2000) o silêncio imposto perante as situações referentes às questões africanas e afro-brasileiras nas escolas pode comprometer o desenvolvimento dos alunos. Sem perceber, o educador pode reproduzir um ritual pedagógico inadequado, sem problematizar questões pertinentes a da história e cultura negra. O silêncio torna o indivíduo vítima da situação que não é problematizada. A comprovação disto são as afirmações de alunos durante todo o período observado que se ilustram a seguir

“Pró não te conto! Se a senhora tirar a foto de uma pessoa negra com roupa branca, só sai à roupa. Rsrtrs!” “Os negros quando não cagam na entrada cagam na saída, pois um dia o mais pretinho da sala estava fazendo uma coisa errada, quando a professora chamou de pretinho e colocou para fora da sala!” (Chico e José, nomes fictícios).

Portanto, é na escola que encontramos diversos efeitos e práticas do racismo, especialmente ao assumir seu silêncio. O racismo velado é facilmente encontrado, sendo evidente quando constatamos que, apesar de ocorrerem inúmeras situações constrangedoras para o aluno negro no cotidiano escolar, essas situações não são colocadas em debate, são minimizadas e negligenciadas pela prática educativa da escola. É preferível não falar da questão racial, para não abordar a existência de um problema. Para Gonçalves (1985) estudos comprovam que na maioria das vezes a escola apresenta um silenciamento ou ausência no que se refere às questões raciais.

Um olhar superficial sobre o cotidiano escolar dá margem à compreensão de uma relação harmoniosa entre adultos e crianças; negros, brancos. Entretanto, esse aspecto positivo

torna-se contraditório à medida que não são encontrados, no espaço de convivência das crianças, cartazes, fotos ou livros infantis que expressem a existência de crianças não-brancas na sociedade brasileira. Dessa maneira, o espaço escolar reproduz o modelo de beleza branca/européia predominante nos meios de comunicação e endeusado na vida social. A ocorrência desses acontecimentos também na escola parece confirmar às crianças uma suposta superioridade do modelo humano branco. São acontecimentos que podem parecer apenas um detalhe do cotidiano pré-escolar, porém são reveladores de uma prática que pode prejudicar severamente o processo de socialização de crianças negras, impondo-lhes estigmas indelévels (CAVALLEIRO, 2001, P.145).

As observações, os diálogos desenvolvidos com os alunos e os questionários aplicados, constituíram-se material bastante enriquecedor para construção do diário de bordo. Grande parte dos alunos que responderam o questionário, responderam que as questões referidas ao negro, na sala de aula, ficavam muito centradas no período da escravidão ou eram trabalhados só no dia 20 de novembro. Além do mais, os termos relacionados á discriminação racial, racismo e preconceito racial, mal são tratados nas salas de aula, quando 71% dos alunos afirmam já terem sofrido ou ter presenciado ações preconceituosas realizadas por professores ou alunos o que se evidencia, por exemplo, na fala de Rafael:

“Nós só conhecemos os negros como escravos na disciplina de história! Os professores não gostam muito de tocar no assunto dos negros. E afirmam que os negros são tudo macumbeiro, pois o Candomblé é uma ceita. Aqui se ouve de tudo! Os apelidos são vários, como: nega do timbó, nega do cabelo duro, cabelo de cuscuz, encardido, negão, cabelo de pichui, torrado, carvão, asfalto queimado, pretinho de pneu, nego buiú. É melhor andar na sombra para não se queimar mais!” (Rafael, 12 anos, nome fictício).

No decorrer da pesquisa promovemos diálogos com os estudantes, dentre as falas pudemos perceber uso de termos pejorativos ao se referir à pessoa negra. "Os alunos negros, ao ingressar na escola, além de encontrar a história de sua raça trabalhada de maneira folclorizada, ainda encontra reforços por parte do corpo docente no que diz respeito à negação de sua origem racial (...)." (GOMES, 1995, p. 89).

Com base no questionário, mais de 80% dos alunos afirmam que o único material disponível para pesquisa e discussões em sala de aula com relação às questões africana e afro-

brasileira é o livro didático. Sendo assim, foi preciso analisar os livros didáticos do 6º ao 9º Ano, para identificar como o livro retrata sobre esses temas e sua adequação para os dias atuais.

O livro do 6º e 7º ano, intitulado “Projeto Mosaico” de história, publicado pela editora Scipione em 2015, e os livros do 9º ano que tem o título “Estudar história: Das origens do homem à era digital”, publicado pela editora Moderna no ano de 2015. Todos publicados após a alteração na LDBEN 9394/96 pela Lei 11.645/08. Eles foram analisados observando-se os seguintes critérios: as gravuras; quantos capítulos são dedicados ao tema; nos capítulos quantas páginas; o conteúdo está em conformidade com a legislação em vigor.

Ao longo da análise, constatou-se no livro do 6º ano que um capítulo inteiro é dedicado a África pré-colonial, tendo ilustrações em desenhos e fotos reais de descendentes africanos, no livro do 7º ano, foi dividido em dois módulos cada com 2º Capítulos que retratam só as questões escravistas. O primeiro capítulo tem como tema “Povos africanos e a conquista dos Portugueses”, este aborda como foi constituída a África e sua exploração, os outros retratam o tráfico de escravos pela América Portuguesa, o uso dos mesmos para o trabalho escravo nas minas e na produção do açúcar.

O livro de história do 9º Ano do “Projeto Mosaico” retrata em um Capítulo a história da África e da Ásia e sua descolonização. São informações só do passado e uma imagem que busca representar a África como um espaço de misérias e doenças contagiosas. "Quase sem exceção os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil - Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social" (Cavalleiro 2000 p. 96).

Já os livros do “Projeto Mosaico de Artes”, do 6º ano, apresentam em um capítulo as questões culturais dos índios e africanos como a pintura corporal, a moda africana e as adaptações existentes no Brasil de hoje. Retratando com imagens e textos diversas culturas trazidas e produzidas por índios e Africanos para o Brasil e como explorar nos dias atuais. O outro foi o de história do 8º Ano de Alfredo Boulos Júnior, intitulado “História Sociedade & Cidadania” que aborda em um único Capítulo, intitulado de “Dominação e Resistência”, a

história de como os negros foram dominados, a maneira como reagiram à tamanha dominação e as conquistas e heróis negros como Pelé, Nelson Mandela entre outros. Apresenta também o racismo no futebol brasileiro.

O ambiente escolar é constituído por uma diversidade notável, por isso é muito importante trabalhar questões que enfatizem o respeito e a tolerância. O livro didático como sendo o material mais acessível para os alunos e utilizado nas salas de aulas, ainda precisa de vários reajustes no que diz respeito à história à cultura da população Africana e afro-brasileira. Ou seja, é necessário mais empenho com relação à maneira como o negro vem sendo retratado nos livros didáticos. Sabemos que as imagens e os textos têm uma intencionalidade e precisamos desmistificar essa ideia do negro como escravo submisso e diminuído por causa da cor da pele e seus traços físicos.

É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, nos livros didáticos esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à idade adulta com total rejeição à sua origem racial. Positivar o lado negro de cada criança, positivar o passado escravo, através das histórias de resistência (CAVALLEIRO, 2000, p.122).

Sabemos o quanto é importante tratar dos fatos históricos que constitui o Brasil sobre como procedeu a economia, a cultura, dentre outros aspectos e o quanto a prática escravista negra faz parte desta construção. Os negros foram explorados durante três séculos para o desenvolvimento de diversos países, mas é inviável conhecer sua história só pelo ângulo da crueldade humana e esquecer suas conquistas, cultura e suas riquezas. Em síntese o universo negro é rico e importantíssimo para a construção deste país.

O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares, Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supre as dificuldades pedagógicas (Silva, 2001, p. 19).

É notório que houve uma mudança significativa referente aos livros didáticos, agora apresentam gravuras inovadoras com heróis negros, textos incentivando atitudes de negação

ao racismo. Apesar do avanço, ainda falta muito pra que a negritude dos povos brasileiros seja legitimada e bem representada em materiais didáticos. As relações raciais carecem de uma abordagem constante nos livros didáticos em defesa do multiculturalismo. É fundamental tratar das contribuições dos afrodescendentes fora do folclore, já que se trata de uma história e, óbvio, não se resume a credices populares, além disso, também não se resume ao período escravocrata, logo, é dever da escola abordar essa história à luz dos mais variados aspectos da mesma.

2.2. Projeto Político Pedagógico para prática docente

O planejamento sempre foi um mecanismo importante para o individuo viver em sociedade. Em todos os setores como: escola, casa, empresa, viagem, passeio Há a necessidade de planejar. Esse processo possibilita estabelecer prioridades, organizar atividades e antecipar situações bem como facilita o avaliar.

O Projeto Político Pedagógico é um planejamento construído coletivamente com base nas necessidades reais, observadas por diretores, alunos, professores e comunidade em geral. Nesse processo, a escola visa adquirir autonomia, alcançar seus objetivos e criar métodos para vencer as dificuldades encontradas no campo escolar. Ou seja, é um documento que possui uma importância significativa para a comunidade escolar, pois ele regulariza, norteia e possibilita a discussão sobre problemas, o suprimento de necessidades e trata das especificidades que compõem o lócus de sua aplicação. Conforme, Vasconcellos (1995), o projeto pedagógico:

É um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p. 143).

É uma autonomia pleiteada na participação de diferentes segmentos, para o processo de construção que promova ações para uma melhor relação entre o ensino e aprendizagem. Para isso existem três eixos de grande importância, a saber: o setor administrativo, financeiro e o pedagógico que juntos buscam construir a identidade da escola. Assim, a escola deve

promover através do projeto político da escola, do currículo escolar, da formação continuada e das práticas pedagógicas diversas possibilidades necessárias para a promoção do respeito à diversidade existente no espaço escolar.

Baseado nesses segmentos em torno do PPP, para beneficiar a formação de cidadãos autônomos e reflexivos, levando em consideração a diversidade consideramos pertinente estudar o modo como a Escola Flor de Liz, redefine ações e objetivos relacionados à temática, referente ao posicionamento pedagógico com relação à Lei 10.639/03.

A escola investigada nesta pesquisa apresenta um projeto político pedagógico-PPP com uma reformulação realizada em 2014 e permanecida até os dias atuais com uma fundamentação teórica baseada na diversidade e promoção da igualdade social. Dessa forma, afirma que:

[...] tratar da combinação de mais de uma composição étnica, é considerar que pessoas diferentes sejam consideradas como iguais, sem distinção de gênero, crença, cor, raça e padrão social, dentre estes aspectos entra em cena a discriminação que é o tratamento desigual de indivíduos com iguais características baseado no grupo, classe ou categoria social a que eles pertencem e constitui-se num evidente desvio do ideal de igualdade e de oportunidade (PPP da Escola Flor de Liz, p.23).

E assim prossegue,

Neste colégio, pretende estar sempre sintonizada com o tempo, acolhendo a pluralidade cultural que existe, tendo como missão primordial: a de se constituir como etapa de mediação para seus alunos, estimulando neles, a criação de novas práticas sociais, símbolos, representações e sentimentos, características fundamentais que, esperamos que estejam contidas na prática cotidiana profissional desta Instituição de Ensino. (PPP da Escola Flor de Liz, p.25).

Neste contexto, o PPP da escola, apresenta a importância de contemplar a diversidade cultural, o respeito mútuo, com a intenção de promover um padrão social isento de qualquer tipo possível de discriminação social. Baseado em práticas pedagógicas promovidas por todo corpo docente com o interesse de promover a pluralidade cultural tendo uma missão primordial para o fortalecimento da identidade absorvida e aprimorada por cada aluno.

Uma escola que se preocupa com a diversidade viabiliza o uso de diferentes expressões, costumes e linguagens culturais sem constranger ou dificultar as mudanças existentes na nossa sociedade. Entende-se a importância de criar mecanismos necessários que busquem priorizar dentro do sistema educacional o respeito ao próximo e a promoção de todas as práticas fundamentais para o aluno sentir-se importante no meio escolar. Além do mais, essas práticas desenvolvidas em todo espaço escolar não depende unicamente do professor, mas de todo interesse e comprometimento de todo os membro que compõem este espaço, principalmente por parte dos gestores da escola. Conforme, Carreira, 2013:

A partir da promulgação da Lei n. 10.639/2003, que alterou a LDB, aumentou o número de iniciativas voltadas com a promoção da igualdade racial nas escolas. Embora isso seja uma realidade, sabe-se também que, lamentavelmente, muitas dessas iniciativas acontecem de forma isolada ou esporádica, assumidas por uma professora ou professor ou por um pequeno grupo de educadores. Para que o quadro seja alterado e tais projetos sejam permanentes e ganhem raízes no cotidiano e no projeto político-pedagógico da escola, são necessários planejamentos coletivos, troca de ideias e acompanhamento das ações (CARREIRA, 2013, p.53).

O planejamento coletivo e a interação entre todo o corpo docente é essencial para o fortalecimento e a execução do PPP da escola. A escola em estudo mostra como objetivo primordial é formar o educando como um ser crítico e atuante na sociedade com a promoção de estratégias que possibilite ao aluno um conhecimento reflexivo sobre sua própria realidade. Através das entrevistas e dos dados coletados com o questionário e o diário de bordo foi possível perceber que não há essa interação com relação ao planejamento, muitos professores afirmaram não lembrar mais do Projeto Político Pedagógico ou da existência de rodas de conversas sobre a temática relacionada ao Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Desse modo, conclui-se que, obviamente, não há o cumprimento da Lei 10.639/03, ou, se há o cumprimento, isso se dá de modo muito superficial.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DA PESQUISA NA PRÁTICA

“A educação modela as almas e recria os corações. Ela é a alavanca das mudanças sociais”. (Paulo Freire)

3.1 O discurso dos professores da Escola Flor de Liz com relação á lei 10.639/03

Em pesquisa realizada com todos os professores da escola através de questionários, totalizando 14 questões abertas e fechadas, com o intuito de entender a compreensão dos mesmos sobre a Lei 10.639/03, para 50 profissionais, que totaliza 100% do quadro de professores da escola dentre estes, 93% afirmaram não terem participado de nenhuma formação continuada sobre a história e cultura afro-brasileira visando apoiar a prática pedagógica junto aos estudantes. Essa afirmação só evidencia um dos empecilhos encontrados pelos professores ao lidar com o ensino de História e Cultura Africana e afro-brasileira em suas salas de aula.

Outro ponto interessante que demonstram várias dificuldades apresentadas para o corpo docente foi o questionamento: “Você já teve a oportunidade de discutir sobre a lei nas reuniões pedagógicas ou nos centros de estudos promovidos pela escola?”, 87% dos docentes dizem não ter a oportunidade de ouvir sobre o assunto ou discutir sobre o mesmo. Junto a isto, os livros didáticos adotados pela escola, para 93% dos professores, deixam a desejar no que diz respeito à lei em discussão. Ou seja, o incentivo que corrobora com a obrigatoriedade do ensino proposto pela lei 10.639/03 é quase insignificante.

89% dos professores afirmaram não existir, durante todo o ano letivo, a realização de oficinas e/ou outras atividades sobre essa temática para os estudantes. Diante de todas essas evidências, constata-se a gama de dificuldades enfrentadas pelo professor que não tem acesso a um livro didático que enfatize a diversidade racial e/ou apresente luta contra o preconceito étnico; que lida com a falta de formação continuada, além disso, encara a ausência de projetos voltados para aplicabilidade da lei, e, não existe a promoção de diálogo sobre o assunto.

Tanto a direção quanto a coordenação e 81% dos professores afirmaram não existir em nenhum momento planejamento ou projetos interdisciplinares sobre esta temática.

Com relação aos murais da escola, 93% dos docentes afirmaram não existir imagens que contemplem a diversidade e a cultura africana, nem as pessoas de origem negra da comunidade escolar. 94% dos professores asseguraram só existir exposição de imagens ou mensagens nos murais em datas comemorativas como o dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra; é geralmente nessa data que a escola promove algum evento relacionado à história da negritude no Brasil e no mundo. Apesar dessas informações, sabemos que no dia 20 de novembro de 2016, não foi realizado nenhum evento na escola para celebrar o dia da consciência negra, o que só comprova a falta de entusiasmo do grupo escolar para trabalhar com essa temática. Ao questionarmos sobre os planos para 2017 obtivemos a resposta, por parte da direção e coordenação da escola, que não existia nenhum projeto para trabalhar a temática da consciência negra, porém, um professor de geografia do 8º ano que estava organizando uma apresentação voltada para os rituais africanos que pudesse tratar da História da cultura afro-brasileira e Africana. O mesmo afirmou que estava trabalhando a temática por conta do livro didático que trazia esse conteúdo na unidade letiva.



Atividade do 8º Ano b para o dia 20 de novembro

Outro ponto interessante está relacionado com as questões referentes ao conhecimento sobre a lei. 86% dos docentes disseram conhecer a lei, e só 14% garantem não conhecer e não saber do que se trata, dentre esses, está um professor de geografia, um de história, um de educação física, um de artes e outro de língua portuguesa. Aos que disseram conhecer, quando questionados sobre o assunto tratado na lei e quais as intenções para o ensino, os profissionais não sabiam explicar ou argumentar sobre o assunto. Alegavam que sabiam da existência, mas não lembravam no momento sobre a abrangência da Lei.

Tendo em vista a necessidade de nos apropriarmos mais sobre a opinião dos professores com relação a efetivação da Lei 10.639/03 de forma consciente sobre as propostas da obrigatoriedade de se trabalhar de maneira interdisciplinar durante todo o ano sobre o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, propomos para todos os professores a seguinte questão: “Você concorda com a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da cultura Afro-brasileira nos currículos de ensino?”

Para esta questão selecionamos aqui algumas falas de professores que obtivemos através do questionário. Para diferenciar as falas utilizamos de numeração para diferir uma fala da outra. Vejamos o que os docentes disseram:

Professor nº 1(Professor de Ciências): *Sim, concordo! Tudo deve ser discutido, pois toda discussão gera esclarecimento.*

Professor nº 2(Professora de Língua Portuguesa): *Sim. Porque é uma temática que mesmo com discussões ainda existe muito preconceito. Então acho que ainda é muito pouco o que se faz nas escolas.*

Professor nº3(Professor de Redação): *Sim, para garantir os direitos dos grupos sociais excluídos.*

Professor nº 4(Professora de Ciências): *Sim em respeito à diversidade, seja ela racial, social e etc...*

Professor nº5(Vice Diretor da Escola): *Sim, acredito que o povo precisa conhecer sua história e a Cultura afro-brasileira, pois querendo ou não teve e tem grande importância na história do nosso país.*

Professor nº6(Professora de História): *Sim. É uma das formas de se trabalhar com a diversidade e respeito ao próximo.*

Professor nº 7 (Professor de História): *Sim, devido nossas raízes serem africanas, que contribuíram não apenas na miscigenação física mais cultural do povo brasileiro atual.*

Professor nº 8 (Professora de Artes): *Sim. O índice de preconceito é muito alto e para resolver esse problema seria necessário levar o alunado a refletir sobre essas questões para melhorar a conscientização das pessoas sobre o tema proposto.*

Professor nº 9(Professor de Inglês): *Sim. Para manter viva a nossa história.*

Professor nº 10º(Professora de Religião): *Sim. Não só nessa disciplina, mas em todas as outras. Temos que conscientizar sobre o valor e o papel do negro e da sua cultura na sociedade.*

Professor nº 11º(Professor de Geografia): *Sim. Acho necessário, pois tal cultura é essencial na formação da sociedade brasileira e faz parte do DNA do Brasil que muito tempo foi desprezado. É preciso acabar com todo e qualquer tipo de preconceito. A cultura afro-brasileira é fantástica e deve ser explorada.*

Professor nº 12(Professora de Biologia): *Sim. Para que as práticas pedagógicas sejam voltadas para essa temática, bem como reduzir os casos de racismo.*

Professor nº13 (Professora de Matemática): *Sim. Para os alunos aprenderem a respeitar as diferenças e o desenvolvimento da criticidade.*

Professor nº 14 (Professor de Matemática): *Sim. Para desenvolver os conceitos de diversidade e tolerância, entre outros na comunidade escolar.*

Professor nº15 (Professora de Educação Física): *Sim. Para reduzir o racismo, discriminação e preconceito racial.*

Professor nº 16 (Professor de Educação Física): *Sim. Para valorizarmos a nossa história e cultura.*

Professor nº17(Professor de Geografia): *Sim. Faz parte da nossa realidade, precisamos deixar nossos alunos cientes de tudo, principalmente sobre nossas heranças.*

Professor nº18 (Professor de Língua Portuguesa): *Sim. Porque o aluno precisa ter conhecimento sobre a formação histórica do seu país, bem como todo contexto geográfico, histórico e social que colaboraram para tal formação.*

Professor nº 19 (Professora de Artes): *Não gosto dessa Lei, pois sou obrigada a trabalhar com coisas que não gosto. Sem contar que não deveria ser obrigatório e sim uma questão de consciência, já que dizemos tanto ser seres politizados, logo, a politização, inclui o respeito ao outro ou pelo menos deveria ser mesmo que não goste.*

Diante de tantas aprovações partindo dos professores interessados em se aprofundar mais sobre o tema com o objetivo de trabalhar sobre o assunto referente à História e Cultura Africana e Afro-brasileira constatamos que muitos docentes quase não possuem familiaridade com o tema proposto. Ficou evidente que a Lei 10.639/03 não é aplicada de modo enfático, mesmo contando com o fato de que os educadores compreendem a sua relevância, mas existem muitas dificuldades como: a não existência de uma formação continuada, falta material adequado, falta verba para a realização de projetos. Com isso gera um despreparo por parte de alguns professores sobre o tema ou incentivo por parte da gestão e coordenação para possibilitar aos professores de trabalharem o ano todo com projetos interdisciplinares e não voltando-se só para o dia 20 de novembro. É nítido que não se privilegia, no lócus da pesquisa em curso, a ideia de que, como propões Gomes,

O discurso pedagógico, ao privilegiar a questão racial, não gira somente em torno de conceitos, disciplinas e saberes escolares. Fala sobre o negro na sua totalidade refere-se ao seu pertencimento étnico, à sua condição socioeconômica, à sua cultura, ao seu grupo gerencial, aos valores de gêneros e etc. (GOMES, 2002, p.43).

Discutir sobre as questões raciais na escola engloba todos os aspectos que envolvem o pertencimento, os valores e a construção identitária. A postura apresentada na escola referente à Lei 10.639/03 é uma mostra do quanto a sociedade brasileira se preocupa pouco com as diversas contribuições conquistadas por grupos de minorias que tanto fizeram e fazem para a formação e enriquecimento da população que habita nas terras do Brasil.

3.2 A Lei 10.639/03 no cotidiano da Escola Flor de Liz.

Buscamos analisar as propostas dos docentes, gestores e coordenadores da escola investigada, como um todo, o entendimento, o desempenho, o conjunto de ações pedagógicas que propõe a o exercício da Lei 10.639/03 no cotidiano escolar.

Então foram apresentadas as propostas e os procedimentos para a realização das entrevistas com muita antecedência para todo o corpo docente da instituição pesquisada. E mesmo assim, os professores e coordenadores não se mostraram dispostos para a realização das entrevistas. Sempre dificultando com justificativas como: “agora não dá”, “assim que der vamos marcar”, “agora é quase impossível”, “não posso”, “para nos encontrarmos vai ser difícil, mas vamos ver qualquer dia desses”; “agora estou ocupado”, “vou ler a respeito, pois não sei nada, aí marcamos...”, enfim, mesmo diante de tantas dificuldades foi possível realizar 20 entrevistas com professores, direção e coordenação.

Cabe aqui uma breve apresentação do perfil dos entrevistados. Em sua maioria, tinham entre 12 a 30 anos de atuação profissional na área educacional, com uma carga horária entre 20 e 40 horas semanal, há nesse contingente um percentual elevado de professores especialistas em diversas áreas da educação.

Sabemos que para o funcionamento da Lei 10.639/03, nas instituições escolares, não se depende unicamente do professor, mas sim todo o setor educativo. Não é tarefa fácil trabalhar com a valorização da diversidade racial e incentivo a Cultura Africana e afro-brasileira, o ano todo, nas salas de aulas, sem uma material adequado, sem uma formação continuada ou um interesse e acolhimento da coordenação e gestão escolar. Sobre essa questão Carreira, 2013 afirma:

Um dos aspectos fundamentais para a implementação da Lei n. 10.639/03 diz respeito à necessidade de lançar novos olhares e possibilidades sobre muitos dos conteúdos que são tradicionalmente trabalhados na escola. Para isso é necessário que na construção da proposta político-pedagógica seja estimulada a capacidade de pesquisa dos educadores e educadoras e garantido espaço para a discussão coletiva e a elaboração de projetos nos quais a história e a cultura africanas e afro-brasileiras sejam abordadas de modo inovador, crítico e positivo, tanto por cada disciplina como de forma interdisciplinar, contribuindo, por exemplo, para superar velhas visões sobre a África e de processos como a escravização no Brasil (CARREIRA, 2013, p.54).

Enfatizamos que, para que haja uma abordagem inovadora sobre a valorização da diversidade racial é necessário que se estabeleça um conjunto de ações como a interação entre professores, a produção e o exercício de um PPP que valorize o multiculturalismo como um

todo, o incentivo de toda a equipe gestora e docente para a realização de projetos que contemplem de maneira positiva as culturas africanas e afro-brasileiras para uma interação interdisciplinar que contribua para o desenvolvimento do cidadão consciente e orgulhoso das suas origens e/ou da diversidade que marca a sua pátria.

No decorrer das entrevistas foram elaborados tópicos/questionamentos essenciais para a construção dessa pesquisa. Alguns são apresentados a seguir.

- O conhecimento dos professores, gestores e coordenadores sobre a lei e sua importância para o sistema educacional;
- Na escola existem projetos referentes à História e Cultura Africana e Afro-brasileira?
- Como os livros didáticos utilizados na escola apresentam as propostas referentes à Lei?
- De que modo são realizadas as atividades referentes à Lei 10.639/03 na sala de aula
- Quais os recursos o professor costuma utilizar para abordar a temática de valorização da História e Cultura africana e afro-brasileira?
- Como a coordenação e a gestão da escola apresentam a Lei para o corpo docente?

Convencidos da importância da lei 10.639/03, buscamos averiguar em que medida os professores, gestores e coordenadores estavam em contato com essa Lei a partir do seguinte questionamento: “O que você conhece sobre a Lei 10.639/03?”.

Durante a análise das respostas dos docentes, identificamos que 86% deles conhecem sobre a lei de maneira superficial, mas veem a importância de existência da mesma na educação como podemos observar nos relatos abaixo:

(Professor de história 01) Sim! Por ser uma lei que retrata a cultura negra.

(Professora de geografia 02) É uma lei que trabalha o negro em sala de aula. Agora mesmo, no 8ºano, em geografia, o assunto a ser lecionado é África. Como é que eu vou trabalhar África sem trazer tudo isso para sala de

aula? Sem trazer a vida deles, a colonização, o que eles passaram? Porque esse ano mesmo quando eu fui trabalhar os meninos ficaram assim sem saber, foi aula que os alunos, nem sabiam de tudo. Quando citou como eles foram colonizados, o que eles foram obrigados a fazer, se separar de família. Então eu vejo que essa unidade teve mais facilidade para trabalhar essa consciência. Agora mesmo nós fizemos umas máscaras antes nós mostramos o significado delas. Além de tudo, nós sabemos outra cultura dos nossos irmãos aqui vizinhos e que fazem parte da nossa história como: maquiagem, vestimenta, culinária. Quantas coisas herdamos deles e não sabíamos. Eu acho interessante faz parte da nossa vida.

(Professor de geografia 02) Conheço sim. E tudo que é referente a educação precisamos ter o devido conhecimento.

(Professor de Língua Portuguesa 03) Sim. Trata da cultura do negro dentro das escolas.

(Professor de Educação Física 04) É a lei que trata da obrigatoriedade de se trabalhar com a temática do negro em sala de aula.

(Professor de Ciências 05) A lei é fundamental para a educação. O que eu sei é que ela foi uma lei criada a principio para a garantia do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas públicas, principalmente por conta do racismo, da diferenciação que se faz das massas do país, isso é notório, se faz necessário essa discursão.

(Professor de História 06) Conheço! Não tanto como queria, mas diria que superficialmente.

(Professora de História 07) O contexto da obrigatoriedade! Assim, já li, mas não lembro, mas sei que é a obrigatoriedade de estar inserido no contexto das aulas a cultura, a forma a maneira. E os alunos vão descobrir que África, não é só pobreza, não é miséria e sim teriam uma visão positiva.

(Professora de História 08) Sim, o estudo de afrodescendente para o ensino.

Outros professores, junto aos coordenadores e os gestores, afirmam não conhecer sobre a lei ou conhecer de maneira superficial a Lei 10.639/03. Segue suas respostas ao questionamento.

Não tenho conhecimento nenhum sobre está lei (Diretor da instituição).

Nenhum conhecimento. Entendo muito pouco. Trata do quê? (Coordenadora da instituição).

Não lembro no momento. Não sei te responder (Coordenadora da instituição)

(Professora de artes 09) Conheço não li na íntegra, mas já vi algumas coisas sobre essa lei.

(Professora de Língua Portuguesa 10) Na íntegra não conheço.

(Professora de História 11) Essa lei é pouco divulgada no âmbito da pedagogia, a gente que está efetivamente em sala de aula acaba não tendo esta abordagem. Sabe que existe, mas na prática nada é efetivado.

Apenas 86% dos professores afirmam com entusiasmo que conhecem a lei e sua temática, 14% , entre professores, coordenadores e gestores dizem não conhecer, mas já leram em algum lugar referente à lei e seus desdobramentos. Entre os entrevistados 14% mesmo não conhecendo a lei vê sua importância para a educação, o que se comprova nas afirmações transcritas na sequência.

(Professora de história 01) É importante para garantir o direito da cultura negra e o respeito do negro dentro da escola.

(Professor de História 02) Vejo que a implementação da lei faz com que a desigualdade entre classes sociais sejam amenizadas, não tiradas completamente, mas amenizadas em sala de aula já que é uma projeção fazer com que as pessoas tenham igualdade de oportunidades, de percepções, de conhecimento, eu acho bem válido, mas pouco articulada.

(Professora de Língua Portuguesa 03) A aplicação da lei se torna importante não só para o alunado, mas para todo o corpo docente também, porque nós fomos formados pela cultura negra, nossa história. É de suma importância conhecer o contexto histórico, social, geográfico, literário.

(Professora de História 04) É importante para os alunos terem uma visão positiva com relação ao negro.

(Coordenadora) É importante. Há sempre essa preocupação de se trabalhar, principalmente esse tipo de lei. Na verdade enquanto coordenadora a gente sempre procura estratégias, recursos pedagógicos que ajudem os professores em sala de aula a trabalhar com esse aluno em sala de aula com a diversidade nesse contexto. Sempre há propostas nos ACs para se trabalhar com projeto de leitura entre outros.

As respostas das questões referentes à importância da Lei, na sua maioria, mostraram que se considera relevante por em prática a exigência para a valorização da cultura e o respeito da diversidade racial na escola. Mas ao questionar se existia algum projeto na escola

referente à História e Cultura Africana e Afro-brasileira 97% dos professores afirmaram não existir nenhum projeto no momento.

O mesmo ocorreu durante os questionários sobre o conhecimento e a utilização do PPP da escola. Mesmo sendo um documento elaborado por todo o corpo docente e a comunidade escolar, muitos professores e coordenadores afirmaram não lembrar ou não ter conhecimento sobre a presença de alguma abordagem referente à Lei 10.639/03 no Projeto Político Pedagógico.

Carreira pontua que,

Os recursos didático-pedagógicos, ou seja, os materiais que são utilizados em atividades educativas, como livros, jogos, brinquedos, filmes e músicas, bem como as práticas pedagógicas que envolvem brincadeiras e histórias orais, ocupam lugar central nas estratégias para a construção de uma educação das relações raciais no cotidiano da escola (CARREIRA, 2013, p.59).

Considerando essa informação, indagamos ainda sobre os materiais didáticos utilizados para o desenvolvimento das atividades sobre a temática de História e Cultura Africana e Afro-brasileira adotados na escola, para tal, fizemos duas perguntas: Como costuma abordar as temáticas apresentadas sobre a lei em sala de aula? E, Quais recursos pedagógicos você costuma utilizar nas aulas para abordar questões referentes à lei?

(Professora de Geografia 01) Trabalho muito com essa questão de preconceito, discriminação e sempre que o livro apresenta os estudos voltados à África. Utilizo mais vídeos, slides, documentários.

(Professor de Geografia 02) Eu procuro trabalhar com a realidade do alunado. Sobre o negro. Como o livro não consta, e eu não trabalho com o continente Africano. Eu trago apostilas e direcionamentos no mês de novembro.

(Professora de Língua Portuguesa 03) Como já havia citado, não conheço a lei na íntegra, porém não permito nenhum tipo de preconceito, racismo ou discriminação racial, nem de brincadeira com termos pejorativos ou algo que venha provocar alguma situação constrangedora dentro das minhas salas de aulas. E a gente tenta dentro das nossas possibilidades de acordo com as aulas destacar a importância, o quanto que foi sofrido para a população negra, os escravos que chegaram, a forma como eram tratados e como isso ainda hoje acarreta diversas dificuldades de vivências para pessoas que trazem marcas ainda que são negras.

(Professora de História 04) Costumo trabalhar com projetos o ano todo. Em 2015 fizemos um trabalho voltado para a cultura Afro-brasileira, foi um ano inteiro. E resolvemos entrevistar alunos negros da escola e descobrimos que a cor negra é uma cor ruim, o negro está muito associado ao mau. E na nossa pesquisa tinha um questionamento, voltado para saber onde estavam mulheres e homens negros em Jacobina. Foram feitas entrevistas em vários locais da cidade, nos bancos, feira, mercados, lojas e descobrimos que as mulheres estão na sua grande maioria como empregada doméstica e os homens estão como esquivadores, descarregando caminhão na Cesta do Povo. Costumo trabalhar com projetos que possam ser utilizados o ano todo, filmes, textos, imagens entre outros.

Percebemos durante todo o processo das entrevistas um empenho e desenvoltura dos professores em afirmar que procuram trabalhar com a lei na sala de aula. Mas foram unânimes em ressaltar que os conteúdos relacionados à História e Cultura africana e afro-brasileira são trabalhados com ênfase no dia 20 de novembro pela grande maioria dos professores pelo fato de representar o Dia da Consciência Negra e fazer parte dessa temática. É notório que essa temática só, se manifesta em datas comemorativas, e não no cotidiano escolar como a lei 10.639/03 propõe. Barreto diz que

A aprovação da lei 10.639/03 exige, hoje, da escola e da sociedade enquanto um todo, a responsabilidade de redimensionar a História para promover o desvelamento, o reconhecimento e a valorização das culturas e das histórias africanas e afro-brasileiras como forma de reparação desse sinistro processo de exclusão social e racial imposto à população afrodescendente (BARRETO, 2013, p.95).

A lei 10.639/03 vem como uma forma de promover a valorização da cultura, da diversidade racial para ser trabalhado durante todo o ano letivo. Como forma de reparação sobre a exclusão racial e social imposta para as populações consideradas negras. Partindo dessa premissa, durante a entrevista procuramos saber sobre as dificuldades apresentadas para que os professores trabalhassem com a temática em questão. 87% dos mesmos colocaram o livro didático como um material falho, ressaltaram a falta de incentivo da gestão e coordenação, apontaram a carência de materiais que pudessem auxiliar e, pontuaram também, a não existência de uma formação continuada.

Com relação ao livro didático foram questionados: “Como os livros didáticos utilizados em sua turma apresentam as propostas referentes à lei?”.

(Professor de História 01): O livro didático não apresenta essa temática. Na realidade falta material teórico, recursos didáticos e articulação entre as diversas áreas do conhecimento. Há uma dificuldade de se encontrar uma abordagem apropriada nos livros.

(Professora de Artes 02): No meu livro não tem nada. Mas para quem trabalha com a disciplina de história deve saber mais alguma coisa.

(Professora de Língua Portuguesa 03): O livro didático traz textos bem legais com questões de interpretação. Mas quando chega o mês de novembro, gosto de trabalhar com as histórias de algumas personalidades negras que ajudaram a mudar positivamente o cenário mundial no tocante á conquista negra, por exemplo: Martin Luther King, Nelson Mandela, Barack Obama, Pelé, Rosa Parks, dentre outros.

(Professora de História 04): Eu acho que ainda está muito aquém. A questão do livro, a gente enquanto docência, procura escolher propostas mais abertas, mais atualizadas, mas o MEC e faz uma eleição, escolhe os mais disponíveis e manda os exemplares para a escola. Então a escola só tem primeira, segunda e terceira opção, mas normalmente o escolhido não é contemplado pelo próprio sistema de Governo Federal que existe hoje.

(Professora de Geografia 05): Muito pouco. Só quando fala da África.

(Professore de Geografia 06): Não há nada referente à lei nesse livro adotado durante esses três anos. Só vejo mais no de história. No 9º ano trabalhamos só com os continentes (Europa, Oceania e Antártida). Então não há essa preocupação dos autores com o livro do 9ºano não.

(Professora de Língua Portuguesa 07): O livro não traz nada específico referente a lei.

(Professora de História 08): O livro apresenta uma proposta voltada mais o passado como o período da colonização, da resistência. Vistos como escravos.

(Professora de Artes 09): Muito pouco. Em uma ou duas páginas sobre a cultura adquirida com a vinda dos negros para o Brasil.

(Professor de Ciências 10): O livro didático não apresenta nada referente à lei.

(Professor de História 11): Os livros didáticos deixam muito a desejar ainda. Tem que ser revisto esses novos livros para se atentar mais a lei.

(Professora de História 12): Não tem nenhuma orientação como se deve proceder ou aplicar essas propostas, a única coisa no livro é um capítulo falando sobre “Reino Africano”.

Diante de tantas inquietações visivelmente apresentadas pelos professores com relação às dificuldades encontradas, e, muitas vezes da não “necessidade” em tratar as questões de cor, constata-se que, mesmo com uma Lei exigindo que a escola aborde cotidianamente a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira, infelizmente somos obrigados a lidar com um preconceito estrutural que afeta até mesmo uma instituição de ensino que deveria estar na base da luta contra todo e qualquer tipo de preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento negro por muitos anos vem conquistando através de lutas, o reconhecimento e valorização da diversidade racial e do respeito ao povo negro no Brasil. Entre essas conquistas está a aprovação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas nas modalidades do Ensino Fundamental e Médio.

Durante todo o processo de entrevistas para a realização desse estudo notava-se uma certa insegurança por parte dos coordenadores, diretores e os professores, quando convidados para discutir sobre a temática da pesquisa. Ao se tratar das questões referentes à lei é perceptível a necessidade de uma formação continuada para todo o corpo docente, possibilitando a oportunidade de cursos frequentes referentes à cultura afro-brasileira, diversidade e multiculturalismo para proporcionar abordagens “qualificadas” nas salas de aula.

O processo investigativo contou com o uso de instrumentos necessários para o seu desenvolvimento, tais como, questionários, observações, entrevistas e diário de bordo. Notamos que grande parte dos profissionais não trabalha essa temática durante todo o ano letivo, mas alguns professores buscam trabalhar só no dia 20 de novembro, ou seja, de maneira fragmentada. Percebemos também que havia um interesse por parte de alguns educadores em aprofundar seus conhecimentos sobre essas abordagens em sala de aula, mas não existia uma preocupação em seguir as diretrizes da Lei 10.639/03 que propõe uma abordagem positiva sobre a cultura e a diversidade racial.

Entendemos que para o combate do racismo na Escola Flor de Liz, poderia haver a ampliação do ensino sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas práticas educativas, na elaboração e na execução do PPP, desse modo, seria possível adquirir resultados satisfatórios. Portanto, é necessário que a escola proporcione durante todo o ano letivo mecanismos para o fortalecimento sobre a temática referente à Lei 10.639/03 e não somente em datas comemorativas ou durante uma unidade como forma de combate ao racismo e o preconceito racial existente na escola.

Conclui-se, então, que cabe à escola propiciar uma aprendizagem com reflexão, questionamentos e antes de tudo incentivo à luta pela igualdade de direitos, A escola Flor de Liz precisa encarar o preconceito existente em seu espaço e na sociedade e, a partir disso, apresentar uma abordagem da cultura africana e afro-brasileira sem restrições e resistência por parte dos educadores, educando e sociedade, fazendo valer de fato a Lei e as lutas do movimento negro e dos demais setores que contribuíram para a obrigatoriedade da discussão da temática nos espaços escolares e acadêmicos.

ANEXOS

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de graduação na Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Ciências Humanas – Campus IV. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Cíntia Nolácio de Almeida, cujo objetivo é compreender o modo como a Lei 10.639/2003 vem sendo aplicada em sala de aula a partir do fazer docente.

Sua participação envolve ceder entrevistas, que serão gravadas, se assim você permitir.____

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do e-maile/ou telefone.....

Atenciosamente

MILENA SILVA RIOS SANTOS

Matrícula: 041211956

Professora orientadora

Matrícula: _____

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Entrevistado (a)

Jacobiana-BA, setembro de 2017.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, _____, na condição de diretor desta Escola do autorizo Milena Silva Rios Santos, discente do curso Licenciatura em História, na Universidade do Estado da Bahia / Departamento de Ciências Humanas- Campus IV, matriculada sob o nº 041211956, a realizar estudos de campo nesta instituição, o qual culminará na escrita monográfica de um trabalho de conclusão de curso e se respaldará sob a obtenções de relatos através de gravações de entrevistas dos corpos docente, discente, coordenador e gestor, assim como consultas a materiais pedagógicos disponíveis e ao Plano Político Pedagógico. Esclareço aos interessados que tenho ciência de que a pesquisa intitulada LEI 10.639/2003: PRÁTICA DOCENTE NA ESCOLA MUNICIPAL FLOR DE LIZ NA CIDADE DE JACOBINA-BA, objetiva compreender o modo como a Lei referida vem sendo aplicada em sala de aula a partir do fazer docente.

A pesquisadora acima qualificada se compromete a:

- 1- Iniciar a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo (a) professor (a) orientador (a) do curso.
- 2- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Jacobina, 06 de março de 2016.

DIRETOR (a)

APÊNDICE 1



Pesquisadora: Milena Silva Rios Santos

Orientadora: Cíntia Nolácio de Almeida

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

1. Qual a sua cor da pele?
 Branco Negro Pardo

2. Na sua sala tem pessoas negras.
 Sim Não

3. Quais os critérios que você utilizou para definir as pessoas negras?
 Cor da pele Tipo de cabelo Traços físicos (formato do nariz, dos lábios)
 Outros
*Você pode marcar quantas opções for necessária.
*Caso tenha marcado OUTROS, explique os critérios utilizados.

4. Você já presenciou ou passou por alguma situação de racismo na escola?
 Sim Não
*Caso você tenha respondido SIM na questão anterior, relate como foi.

5. Em relação ao preconceito racial.

Existe, porém é ignorado Existe e é discutido Existe, porém não declaradamente Não existe

6. O preconceito mais frequente na sua escola está relacionado a:

Classe social Opção sexual Idade Cor da pele

Outros

*Caso escolheu OUTROS, explique quais?

7. O professor trabalha com assuntos relacionados ao negro?

Sim Não

*Caso tenha respondeu SIM, como trabalha?

8. Em relação ao ambiente escolar, você percebe diferença no tratamento dado a brancos e negros?

Sim Não

9. Na escola, há materiais com foco em questões africanas e afro-brasileiras que são utilizados pelos professores e professoras?

Sim Não

*Caso tenha onde posso encontrar?

10. Na escola, existem jornais e informativos sobre ações dos movimentos negros e outros comprometidos com a questão racial?

Sim Não

APÊNDICE 2



Pesquisadora: Milena Silva Rios Santos.

Orientadora: Cinthia Nolácio de Almeida

QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES (AS).		
NOME:		
Qual sua formação profissional (utilize o espaço em branco a frente para responder):		
Qual disciplina você leciona nessa escola?		
Qual tempo de atuação no magistério?		
Qual sua carga horaria de trabalho nessa escola?		
	SIM	NÃO
Você conhece a lei 10.639/2003, que trata da inclusão do estudo da história e cultura afro brasileira no currículo oficial da rede de ensino?		
Os professores (as) tiveram a oportunidade de discutir a lei nas reuniões pedagógicas ou nos centros de estudos promovidos pela escola?		
Você acredita que a lei contribui para o acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola?		
A Temática é trabalhada todo ano na escola? De que forma? ()20 de Novembro; () projetos articulados na escola; () outros;		

Os professores recebem formação continuada sobre a história e cultura afro brasileira visando apoiar a prática pedagógica junto aos estudantes?		
Os livros didáticos adotados pela escola abordam o tema de acordo com os preceitos da lei?		
Você percebe algum tipo de resistência por parte do corpo docente com relação à implementação da lei 10.639/03 na unidade escolar?		
No decorrer do ano letivo é promovido à realização de oficinas e outras atividades sobre essa temática (história e cultura afro brasileira) para os estudantes?		
Existe planejamento e realização de projetos interdisciplinares sobre o tema?		
Os murais da escola em termos de imagens contemplam a diversidade étnica racial da comunidade escolar?		
Você já presenciou situações de racismo na escola?		
Quais os critérios que você utilizaria para definir as pessoas negras da comunidade escolar? () Cor de pele () Tipo de cabelo () Traços físicos (formato do nariz, dos lábios) () outros, Quais?		
Se for outros justifique:		
O preconceito mais frequente na sua escola está relacionado a: ()Raça; ()Idade; ()Opção sexual; ()Moda; ()Classe Social;()Não tem; () outros, quais?		
Se for outros justifique:		
Você concorda com a lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da cultura afro brasileira nos currículos de ensino, principalmente nas disciplinas de artes, literatura e história?		

Por quê? Se for sim: justifique:		
-------------------------------------	--	--

*Esse questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica, elaborado pela discente Milena Silva Rios Santos, aluna do curso de Licenciatura em História Matrícula nº 041211956, na UNEB/ Campus IV – Jacobina-Ba, sob orientação da prof.^a mestre Cinthia Nalacio. Visando desenvolver a pesquisa para monografia de final de curso com o tema: “Lei 10.639/2003: Entre o discurso e a prática docente.”.

APÊNDICE 3

Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Ciências Humanas campus/IV
Aluna Pesquisadora: Milena Silva Rios Santos
Professora orientadora: Cinthia Nolacio

ENTREVISTAS PARA OS PROFESSORES COORDENADORES E GESTORES

- ✓ O que você conhece sobre a Lei 10.639/2003? (Professor e coordenação)
- ✓ De que modo você assimila as propostas de aplicação da Lei? (Professor e coordenação)
- ✓ Vê importância na implementação da Lei? Qual o lugar das propostas apresentadas na educação? (Professor e coordenação)
- ✓ Como costuma abordar as temáticas apresentadas no documento em suas aulas?
(Professor)
- ✓ Conhece o PPP da instituição? Como a lei está inserida no mesmo? (Professor)
- ✓ Existem propostas de trabalhos pedagógicos diretamente voltados para combate ao preconceito e ao racismo na escola, levando-se em conta que a Lei resulta de uma política de afirmação e reparação para com a população negra? (Professor)
- ✓ Existem alunos negros em sua sala de aula? Caso positivo como o mesmo é tratado pelos colegas? (Professor)
- ✓ Como a coordenação e a gestão da escola abordam a Lei com o corpo docente?
(Professor)
- ✓ Como os livros didáticos utilizados em sua turma apresentam as propostas referentes à Lei? (Professor)
- ✓ Quais recursos pedagógicos você costuma utilizar nas aulas para abordar questões referentes à Lei? (Professor)
- ✓ Enquanto coordenadora qual o seu papel frente à obrigatoriedade de abordagens das temáticas apresentadas na Lei 10.639? (Coordenação)

- ✓ Enquanto coordenadora você auxilia os professores nos trabalhos direcionados as propostas da Lei? De que modo? (Coordenação)
- ✓ Enquanto gestora, o que você conhece referente à Lei 10.639/03 e qual o lugar da mesma na educação em sua opinião? (Corpo gestor)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**/ Verena Alberti. – 3. Ed- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.

Azevêdo, Eliane. **Raça**: conceito e preconceito. Editora Ática, 2ª edição. 1990

BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. **Africanidade(s) e afrodescendência(s)**: perspectivas para a formação de professores / Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto... [et al.], (organizadores). - Vitória, ES: EDUFES, 2013. 225 p.: il.

BANTON, Michael. **“A idéia de raça”**. Lisboa: Edições 1970.

BORGES, Edson. **Racismo, preconceito e intolerância**/Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros, Jacques d’Adesky; coordenação Wanderley Loconte. – São Paulo: Atual, 2002. – (Espaço & debate).

BURKE, Peter. **A Escrita da história**: novas perspectivas/ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. – (Biblioteca básica).

BRASIL. CNE/CP. **Resolução nº 1**, de 17 de Março de 2004b. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CARREIRA, Denise. **Indicadores da qualidade na educação**: relações raciais na escola/ Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza. - - São Paulo: Ação Educativa, 2013.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola/Eliane Cavalleiro (organizadora). – São Paulo: Selo Negro, 2001.

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. 2006/2007.

EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação Continuada , Alfabetização e Diversidade, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral.** In: AMADO, Janaína (Org.). - 8. ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

ILSE, Scherer-Warren, *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*, 2.ed., Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual Pesquisa Qualitativa.** Belo Horizonte 2014. Edição Grupo Anima Educação.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Classes, raças e democracia,** São Paulo, Editora 34, 2002, p. 88.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

_____. **Cultura negra e educação.** Universidade Federal de Minas Gerais; Faculdade de Educação, 2003.

_____. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte.** São Paulo: USP, 2002 (tese: doutorado).

GOMES, Nilma Lino; SILVA, P.B.G. (orgs). **Experiências étnico-culturais para formação de professores.** Belo Horizonte: Autentica, 2002.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira, (1985). **O silêncio:** Um ritual pedagógico a favor da discriminação racial. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. (Orgs.). "**O movimento negro na última década**", *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Editora Marcozero, 1982.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia e educação: origens de um diálogo**. Cad. CEDES. Vol. 18 nº 43. Campinas Dec. 1997.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**/Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11.ed.,1. Reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LEITE, José Correia. *E disse o velho militante: depoimentos e artigos. Organizado por Cuti*, São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. Edição LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1996.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**/Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Página 01-17.

_____. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, (Org.) – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Negritude: Usos e sentidos**. 2ª edição, 1988.

NASCIMENTO, Wanderson Flor. **Desafios á formação docente: Gênero e diversidade na escola.** In. STEVENS, Cristinas et al. (Org.). **Gênero feminismos: Convergência e (in) disciplinares** Brasília: Ex. Libris, 2010.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Coleção Políticas da Cor.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Raça, Gênero e Educação Superior.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação. Salvador 2001

RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo da miscigenação.** Estudos Avançados vol. 8 nº. 20, São Paulo, Jan/Apr. 1994.

_____. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil:1870-1930.**São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador: EDUFBA, 2001, p 14; 16; 19; 51; 58.

SILVA, Ana Célia da. **As transformações da representação social do negro no livro didático.** 2003. Disponível em: HTTP: www.uneb.br/ascom/jmcnet/j07/j07cltm.

UNESCO. **Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003.** Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Ministério da Educação. Representação da Unesco no Brasil, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Mosaico:** história: anos finais: ensino fundamental/Cláudio Vicentino/José Bruno Vicentino. - 1ª. Ed. – São Paulo: Scipione. 2015.

_____. Projeto Mosaico: artes: ensino fundamental/Beá Meira... [et al]. – 1º ed. – São Paulo: Scipione, 2015.